

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII

FLORIANÓPOLIS, 27 DE ABRIL DE 2007

NÚMERO 5.716

16ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Kennedy Nunes

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Padre Pedro Baldissera

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente

Marcos Vieira - Vice Presidente

Darci de Matos

Cesar Souza Júnior.

Pedro Uczai

Pe. Pedro Baldissera

Narcizo Parisotto

Joares Ponticelli

João Henrique Blasi

Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente

Décio Góes - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Serafim Venzon

Manoel Mota

Renato Hinnig

Onofre Santo Agostini

Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente

Odete de Jesus - Vice Presidente

Darci de Matos

Herneus de Nadal

Jandir Bellini

Jorginho Mello

Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente

Reno Caramori - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Dirceu Dresch

Marcos Vieira

Gelson Merísio

Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Onofre Santo Agostini - Presidente

Joares Ponticelli - Vice Presidente

Dirceu Dresch

José Natal Pereira

Renato Hinnig

João Henrique Blasi

Professor Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente

Gelson Merísio - Vice Presidente

Décio Góes

José Natal Pereira

Jandir Bellini

Manoel Mota

Renato Hinnig

Odete de Jesus

Silvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente

Sargento Amauri Soares - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Herneus de Nadal

Kennedy Nunes

Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente

Renato Hinnig - Vice Presidente

Ada de Luca

Elizeu Mattos

Marcos Vieira

Pedro Uczai

Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente

José Natal Pereira - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Renato Hinnig

Reno Caramori

Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente

Jailson Lima da Silva - Vice Presidente

Edson Piriquito

Gelson Merísio

Kennedy Nunes

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Genésio Goulart

Kennedy Nunes

Elizeu Mattos

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Ada de Luca

Manoel Mota

Jorginho Mello

Professor Grandó

Silvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente

Narcizo Parisotto - Vice Presidente

Ada de Luca

Jandir Bellini

Elizeu Mattos

Moacir Sopelsa

Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente

Kennedy Nunes - Vice Presidente

Jailson Lima da Silva

Moacir Sopelsa

Joares Ponticelli

Nilson Gonçalves

Onofre Santo Agostini

Romildo Titon

João Henrique Blasi

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 1734
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 028ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 17/04/2007.....2
Ata da 008ª Sessão
Extraordinária da 16ª realizada
em 17/04/200714
Ata da 009ª Sessão
Extraordinária da 16ª realizada
em 17/04/200715

Publicações Diversas

Ata de Comissão Permanente.....
.....22
Lei23
Ofícios23
Portarias23
Projetos de Lei.....23

PLENÁRIO

ATA DA 028ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Refere-se à eleição de Roque Pellizzário Júnior na Federação da Câmara de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina; registra posse de Gercino Gomes Neto na procuradoria-geral de Justiça; aborda inauguração do *shopping* Iguatemi; manifesta-se sobre crescimento do setor turístico no estado.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Enfatiza que os segmentos que geram empregos são: do serviço e do comércio.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Fala da situação do Hospital São Francisco de Assis, de Santo Amaro da Imperatriz; aborda a Rede Sarah de Hospitais.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Solidariza-se com a questão do hospital de Santo Amaro da Imperatriz.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Registra presença da vereadora Maria Loiva, de Maravilha.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Registra presença de Guilherme Voss.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Aborda esquema de jogo ilegal, envolvendo autoridades judiciárias.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Salienta que as máquinas caça-níqueis estão legais aqui no estado.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Registra presença do vereador Reinaldo Wengrzynowski, de Três Barras.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Faz considerações sobre o acesso público e gratuito para estudantes que pretendem cursar uma universidade.

Partidos Políticos

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Tece considerações sobre a audiência entre o governador e o presidente da República.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Aborda exploração de xisto betuminoso em Santa Catarina.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR (pela ordem) - Registra presença do secretário da Administração de Palhoça e do suplente de vereador de São José.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Registra presença do vereador de Três Barras, do vereador de São Bento do Sul e do ex-secretário de estado de Finanças.

DEPUTADA ADA DE LUCA (pela ordem) - Registra presença das madrinhas da Festa de Santo Antônio dos Anjos da Laguna, bem como da prefeita de Treviso.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Registra presença do vice-prefeito de Saudades.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Refere-se ao Projeto de Lei Complementar n. 0005/2007.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Manifesta-se sobre a situação financeira do estado.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Tece considerações sobre o PLC n. 0005/2007.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Com relação ao PLC n. 005/2007, diz que quem está sendo contemplado com a atual lei são os oficiais.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Faz alguns questionamentos com relação à situação financeira do estado.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Pronuncia-se dizendo que estão querendo tirar um direito dos policiais.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Fala que o governo precisa ser verdadeiro sobre a situação financeira do estado.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Tece considerações sobre a situação financeira do estado.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Diz que a Oposição está equivocada com relação à situação do estado.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (aparte) - Fala que o governo não atrasará os salários dos funcionários e que tinha razão em reclamar recursos do governo federal.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Registra presença de duas vereadoras de Salete.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Comunica início do curso intensivo de 1º e 2º graus focado aos servidores do Legislativo.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Discute o PL n. 0009/2007, de sua autoria, que denomina Antônio Henrique Bulcão Viana o hangar do governo do estado no Aeroporto Hercílio Luz.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (pela ordem) - Apóia o PL n. 0009/2007, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Aborda a possibilidade de retirada da pauta da moção, de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita manutenção do veto ao art. 9º do PL n. 6272/2005.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI (pela ordem) - Indaga sobre projeto de lei complementar do Deinfra.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Encaminha voto favorável ao substitutivo global ao PLC n. 0007/2007, que dispõe sobre a organização do Deinfra.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI (pela ordem) - Encaminha voto "não" à emenda e voto "sim" ao PLC n. 0007/2007.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Encaminha voto contrário ao substitutivo global do deputado Pedro Baldissera e favorável ao substitutivo de sua autoria, ao PLC n. 0007/2007.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Encaminha voto favorável ao substitutivo global do deputado Pedro Baldissera ao PLC n. 0007/2007.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Encaminha voto favorável ao substitutivo global ao PLC n. 0007/2007.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO (pela ordem) - Encaminha voto contrário ao substitutivo global ao PLC n. 0007/2007.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI (pela ordem) - Encaminha voto favorável ao substitutivo global ao PLC n. 0007/2007, de autoria do deputado Marcos Vieira.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Encaminha voto favorável ao substitutivo global, de sua autoria, ao PLC n. 0007/2007.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior. (É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Onofre Santo Agostini, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, fizemos questão de nos inscrever em Breves Comunicações para trazer alguns assuntos que nos dão satisfação e alegria, haja vista que ultimamente, não só neste Parlamento, como em todos os Paramentos do Brasil, principalmente no Congresso Nacional, só escutamos reclamação e crítica.

Mas quatro fatos importantes aconteceram neste final de semana e durante esta semana que nos deixaram muito felizes e satisfeitos. O primeiro foi a eleição do meu conterrâneo Roque Pellizzário Júnior na Federação da Câmara de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina, um cargo muito importante. Ele, que é um grande companheiro e meu amigo, presta, com certeza, um grande serviço ao comércio de Curitiba, minha terra, como a todo o estado de Santa Catarina, por ser um jovem dinâmico, inteligente, trabalhador, que, como eu disse, presta um serviço muito importante ao comércio e à Câmara de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina.

Então, fiquei imensamente feliz em saber que Roque Pellizzário Júnior assumiu um cargo tão importante em Santa Catarina.

Também, srs. deputados, foi com muita alegria que ocorreu a posse, ontem, do novo procurador-geral de Justiça de Santa Catarina, dr. Gercino Gomes Neto, que acaba de assumir uma missão muito importante na Presidência ou na chefia do Ministério Público de Santa Catarina. Pela primeira vez na história de Santa Catarina, a procuradoria-geral de Justiça vai ser exercida por um promotor público e não por um procurador de Justiça.

Desejamos que o nosso amigo dr. Gercino Gomes Neto tenha muito sucesso, porque o Ministério Público e a procuradoria-geral de Justiça têm um papel fundamental e importante para a proteção da sociedade e das leis.

Por isso desejamos a ele, como a toda a sua nova diretoria, muita felicidade e que Deus o ajude e dê forças para que possa dar andamento a esse seu projeto à frente de uma pasta tão importante.

Também, ontem, foi inaugurado o *shopping center* Iguatemi, em que grande parte dos recursos aplicados nesse *shopping* foi oriunda do nosso amigo Paulo César Maciel da Silva.

Eu não pude comparecer a essa inauguração, deputado Darci de Matos, porque tinha outro compromisso, mas pessoas amigas foram e disseram-me que é uma coisa de cinema. Não só as sete salas de cinema que existem lá dentro, mas a beleza da construção, deputada Odete de Jesus - eu não sei se v.exa. já foi lá -, é de deixar os catarinenses felizes, porque realmente é uma obra de muita importância, bela e bonita. E, se Deus quiser, vai trazer grande desenvolvimento para a nossa região. Tomara que os *shoppings* e os supermercados ali perto não sofram com essa obra que nós reputamos muito importante.

Nós queremos cumprimentar o Paulo César e toda a sua equipe, o grupo Iguatemi, por investir em Santa Catarina, em Florianópolis, nessa obra muito importante para o nosso crescimento e desenvolvimento.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Pois não! Vou ouvir, com muito prazer, v.exa., deputado Darci de Matos, prezado amigo e grande deputado, não no tamanho, mas na qualidade.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Muito obrigado, deputado Onofre Santo Agostini.

Eu não poderia deixar, sr. presidente, de fazer uma falação para reforçar aquilo que v.exa., deputado Onofre Santo Agostini, acabou de colocar. V.Exa., com a sua experiência, com o seu dinamismo, traz assuntos sempre pró-ativos, de interesse do nosso estado. Eu estou me referindo à colocação que o nobre deputado fez sobre a inauguração do *shopping center* Iguatemi, no dia de ontem, em Florianópolis.

Deputado Onofre Santo Agostini, eu tive a oportunidade de participar, na sexta-feira, da reunião da Associação dos *Shoppings Centers* de Santa Catarina. São 13 *shoppings centers*, é uma associação muito organizada, muito representativa.

E como v.exa. bem colocou, o *shopping center* Iguatemi vai gerar, parece-me, diretamente, 3 mil postos de trabalho em Florianópolis. E a cada posto de trabalho direto, nós temos mais 4 postos de trabalho indiretos. Então, serão 3 mil postos de trabalho diretos e, aproximadamente, 12 mil postos de trabalho indiretos.

Isso é significativo e relevante, num momento em que temos muitos jovens, muitos brasileiros que não têm um trabalho, que não têm um emprego. E esse é o caminho, deputado Onofre Santo Agostini. A indústria é inexorável, ela se automatiza, desemprega e produz mais. E o grande nicho, os segmentos que geram empregos, que aquecem a nossa economia, são os serviços e o comércio. E os *shoppings centers* têm cumprido um papel fundamental no contexto econômico do nosso estado e do nosso Brasil.

Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Eu agradeço a v.exa. pela sua manifestação, pois veio exatamente ao encontro da filosofia e da doutrina do nosso partido Democratas.

Nós somos a favor da livre iniciativa e do setor produtivo, pois são esses que vão gerar emprego: o setor produtivo é que vai gerar emprego. Aqui temos uma prova: serão 3.800 novos postos de trabalho em Florianópolis, nos quais serão aproveitados muitos jovens, pessoas que necessitam de emprego, graças ao setor produtivo, que é aquele que investe, que acredita em Florianópolis, em Santa Catarina e no Brasil.

Há outra excelente notícia, deputado Darci de Matos: "SC recebeu mais turistas e teve arrecadação recorde". Toda a imprensa, hoje, divulga isso, e é muito salutar, deputada Ada De Luca, porque mostra que o setor turístico, esse filé *mignon* que nós ainda não estamos muito preparados para receber, nós ainda estamos engatinhando neste filé *mignon*, nessa receita importante, deu um passo enorme.

(Passa a ler.)

[...]

"- Santa Catarina recebeu na última temporada 3.166.027 turistas, 5,28% a mais que em 2006. Esses visitantes injetaram no Estado cerca de R\$ 1,6 bilhão, um incremento na economia de 28,33% se comparado ao ano anterior. Isso se deve a um crescimento também no poder aquisitivo do turista que veio a Santa Catarina este ano: cada brasileiro gastou em média R\$ 29 por dia, enquanto os estrangeiros tiveram gasto estimado diário de R\$ 33,92. Os dados constam no Estudo da Demanda Turística 2007, cujos resultados foram divulgados ontem (16) pelo presidente da Santur, Marcílio Ávila e pelo secretário de Estado da Cultura Turismo e Esporte, Gilmar Knaesel, na Casa D'Agronômica, residência oficial do governador Luiz Henrique da Silveira."[...]sic]

Aliás, esse moço, o Marcílio Ávila, está-se revelando. É muito bom o trabalho que esse rapaz está fazendo à frente da Santur. Queremos cumprimentá-lo e dizer já tivemos a oportunidade, inclusive, há poucos dias, de ver uma política sua, uma novidade sua sendo aplicada aqui em Santa Catarina. Durante o período turístico, quando chegam os aviões nos aeroportos, os visitantes são recebidos por moças catarinenses que dão as boas-vindas aos visitantes que vêm nesses vôos extras para o nosso estado. Foi um trabalho muito bem feito e teve uma repercussão muito boa, positiva, em todo o estado. A opinião pública é muito boa com relação ao trabalho que Marcílio Ávila está fazendo na Santur, divulgando o turismo.

Este, sim, deputado Professor Grando e srs. deputados, é um filé. A exploração do turismo, não do turista, é um grande filé, e nós ainda estamos engatinhando. Mas, se Deus quiser, um dia teremos a grande oportunidade, como tiveram os países mais desenvolvidos, como os da Europa. Em Verona, na Itália, deputado José Natal, 6 milhões de pessoas são cadastradas nos hotéis da cidade, que é um pouco maior do que Lages, por ano! São 6 milhões, que rendem para a cidade...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado!

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Marcos Vieira, pos até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, são dois os assuntos que quero abordar, na tarde de hoje, na tribuna desta Casa. Um é bom e outro é ruim. Nós sempre fazemos a pergunta a alguém, para saber o que primeiro quer ouvir. Mas vou começar, evidentemente, pela notícia ruim, triste, para a Grande Florianópolis, principalmente.

Trata-se, pois, da situação agonizante por que passa o Hospital São Francisco de Assis, da nossa querida e bela Santo Amaro da Imperatriz, uma cidade conhecida internacionalmente pela qualidade das águas termais que possui; pelo turismo que contribui para o desenvolvimento de Santa Catarina; pelo que é produzido naquela cidade e que faz com que Santo Amaro da Imperatriz apareça cada vez mais no mapa de Santa Catarina e faça o estado aparecer, cada vez mais, no mapa do Brasil.

Mas a situação do Hospital São Francisco de Assis é realmente difícil! No mês de março, recebi uma correspondência assinada pela direção do hospital, mais precisamente pela presidente da instituição, sra. Maria Helena Muller, e pelo diretor-geral, sr. Lauri Thiesen, narrando-me a situação difícil por que passa o Hospital São Francisco de Assis.

Ao tomar conhecimento, e conversando com funcionários, lideranças políticas e empresariais da cidade, fiz um apelo ao sr. governador do estado, ao secretário de estado da Saúde e ao secretário de Desenvolvimento Regional, no sentido de socorrer essa instituição hospitalar que presta, vem prestando, como também já prestou ao longo de décadas, relevantes serviços médico-hospitalares a uma série de habitantes da nossa Grande Florianópolis.

O que mais me chamou a atenção foi tomar conhecimento, na manhã de hoje, de que a emergência desse importante hospital da nossa Grande Florianópolis está fechada, a partir de hoje. Um hospital que tem cerca de 90 leitos, que atende a milhares de pessoas todos os meses, vai deixar, a partir de hoje, de dar atendimento a centenas e centenas de pessoas.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Quero me solidarizar com v.exa. pela questão do hospital de Santo Amaro da Imperatriz, ao qual, quando fui vereador por São José, muito recorri para sanar alguns problemas de saúde da comunidade, porque não conseguia, na região da Grande Florianópolis, atendimento no Hospital Celso Ramos nem no Hospital Regional de São José.

Fiquei sabendo há poucos dias dessa situação e coloco-me à disposição de v.exa., e tenho certeza de que também os demais deputados desta Casa também o farão, porque o hospital de Santo Amaro da Imperatriz atende à população de toda aquela região.

Por isso eu me solidarizo com v.exa. e coloco-me à disposição para tentarmos uma solução para não deixarmos aquele hospital, que já fez tantos tipos de procedimentos, fechar as portas, como v.exa. está comunicando que aconteceu na manhã de hoje, o que é lamentável para a saúde.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Na verdade, a instituição teve o seu início nos idos de 1910, quando chegaram, em Santo Amaro da Imperatriz, as irmãs da Divina Providência.

Começou com uma pequena farmácia, que também prestava serviços de enfermagem à comunidade local, mas ao longo do tempo as necessidades de atendimento foram de tal ordem que se fez necessário ampliar as atividades daquela entidade.

E lá pelos anos de 1951, sob o comando e a coordenação padre frei Fidêncio Feldmann, foi fundada a Sociedade Hospitalar São Francisco de Assis, com a finalidade de construir e ajudar a manter um hospital.

Nasceu pequeno e em 1959 o pequeno hospital possuía somente três leitos e registrou mais de 125 internações na época. Duas vezes por semana, um médico saía de Florianópolis para prestar atendimento em Santo Amaro da Imperatriz, formando, em razão da estada do médico naquela cidade, grandes filas para a consulta.

Já na década de 1960, depois de uma grande enchente, mais de 700 vacinas contra o tifo foram aplicadas. Enfim, em 1962, foi concluída a primeira ala e o hospital começou a funcionar normalmente.

Mas ocupo esta tribuna para, ao tratar desse primeiro assunto, fazer um apelo ao governo do estado, por intermédio do secretário da Saúde, Dado Cherem, que é nosso colega deputado, e também ao secretário de Desenvolvimento Regional, Valter Galina, para que dê uma atenção especial ao Hospital São Francisco de Assis, dessa nossa querida e bela Santo Amaro da Imperatriz. Precisamos reabrir a emergência e fazer com que o hospital volte a funcionar normalmente, dando o devido atendimento à população.

O segundo assunto que vamos abordar, que nos gratifica muito e deixa-nos muito felizes, é também na área da saúde. Trata-se de matérias publicadas nos jornais da semana passada sobre a Rede Sarah de Hospitais.

Diz o destaque do jornal *ANotícia*: "Reabilitação perto de Casa; Santa Catarina assina protocolo de intenções para construir um hospital da Rede Sarah". Não fugiu à regra o jornal *Diário Catarinense*, que também, numa reportagem de página inteira, diz: "Hospital de ponta em solo catarinense".

Mas quero, ao citar a Rede Sarah, fazer referência, em especial, a uma pessoa que há muito vem lutando para fazer com que tenhamos em solo catarinense um hospital que é referência mundial. Trata-se de uma guerreira, uma pessoa que tem na sua própria família pessoas que mereceram atendimento da Rede Sarah. Eu quero falar da dona Alice Kuerten, mãe do nosso grande tenista Guga Kuerten, que há muito, com muita dedicação, vem percorrendo os corredores dos Poderes para fazer com que essa instituição seja edificada em Santa Catarina.

E graças a Deus, eu tive o prazer de, enquanto secretário de estado da Administração, no primeiro mandato de Luiz Henrique da Silveira, e atendendo a um pedido de sua excelência, o sr. governador do estado, atender a dona Alice Kuerten e de mostrar-lhe alguns terrenos disponíveis para que aqui em Santa Catarina pudéssemos disponibilizar aquela instituição.

Trazer uma unidade descentralizada da Rede Sarah para Santa Catarina é fazer com que possamos ter um hospital de reabilitação, um hospital especializado em ortopedia, em neuropsicologia e uma das maiores referências do mundo. É uma instituição dedicada à reabilitação e ao tratamento de deformidades, traumas, doenças do aparelho locomotor e problemas de neurodesenvolvimento.

Parabéns a Santa Catarina e parabéns ao sul do Brasil que serão beneficiados com essa unidade. Parabéns ao governo do estado que, sensibilizado, oferece o terreno para a construção da Rede Sarah. Mas, sobretudo, parabéns a dona Alice, por estar trabalhando para melhorar a saúde de centenas e centenas de catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) -

Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sra. presidente, desejo registrar a presença nesta Casa da vereadora do PT Maria Loiva, do município de Maravilha.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - A Presidência registra, com muito prazer, a presença da vereadora Maria Loiva.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sra. presidente, desejo registrar a presença do sr. Guilherme Voss, ex-vereador de Joinville e ex-presidente do meu partido, que hoje está aqui para representar o prefeito João Romão numa audiência no BRDE, no sentido de ajudar a levar mais uma empresa para Garuva. Hoje ele é secretário de Administração da prefeitura de Garuva. Obrigado pela presença!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Seja bem-vindo ao Parlamento catarinense.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sra. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, funcionários desta Casa, imprensa falada, escrita e televisada, alguns deputados já me antecederam nesta tribuna. O deputado Onofre Santo Agostini abordou a inauguração do novo *shopping* Iguatemi. Eu ainda não tive a oportunidade de visitá-lo, mas irei fazê-lo. Salientou também a posse do dr. Gercino Gomes Neto, nosso amigo, e esta deputada já havia se manifestado anteriormente. Mas chamou a minha atenção o deputado Marcos Vieira, que pediu socorro em prol de um hospital de Santo Amaro da Imperatriz, o Hospital São Francisco de Assis.

Eu volto a salientar, srs. deputados, que a preocupação dos parlamentares é em prol de uma atenção à população para que as pessoas tenham qualidade de vida, saúde, sejam bem atendidas nos hospitais, sejam bem atendidas na área educacional, e assim por diante.

Agora, deputado Marcos Vieira, v.exa. pediu socorro a um dos hospitais, mas eu digo que, se não houvesse tanta desconsideração com o ser humano na Terra, se houvesse mais amor ao próximo, isso não aconteceria.

Eu começo falando, srs. deputados, sobre as matérias que circulam nas TVs e na *Folha de S.Paulo*, no *Diário Catarinense* e *demais jornais*. E v.exas. já leram e inteiraram-se do assunto. Falo sobre a vergonha nacional, sobre a falta de vergonha, eu diria.

V.Exas. devem ter assistido as imagens daquela cidade de dinheiro. Eu nunca vi, deputado Kennedy Nunes, tanto dinheiro na minha vida no banco. E da onde é que saiu? Saiu daquela criança, que muitas vezes... Já ano anterior, eu manifestei aqui desta tribuna que pais diziam-nos: "Deputados, ajudem-nos porque nossas crianças saem para buscar o pão, deixam o dinheiro nas máquinas de caça-níqueis e voltam sem pão, sem leite e sem dinheiro".

Então, srs. deputados, o que aconteceu? Como se salientou aqui, a Operação Furacão passou arrancando tudo e fazendo uma devassa. Estavam enganando a população inocente que, iludida, pensava em jogar. É verdade, deputado Elizeu Mattos, a pessoa é enganada, coitadinha! Jogando, ela pensa que vai ganhar. E para aonde vai o dinheiro? Para o bolso dos poderosos!

Que exemplo vamos dar para a juventude? Deputada Ana Paula Lima, que exemplo essas pessoas vão dar para os seus filhos, que depois vão carregar para o resto da vida aquele trauma de vergonha. É uma mancha que a pessoa carrega para o resto da vida.

Então, srs. deputados, a *Folha de S.Paulo* de hoje diz que foram apreendidas aproximadamente 7.200 mil máquinas caça-níqueis, no valor de R\$ 8 mil a R\$ 15 mil. Ali está o dinheiro suado do trabalhador, do pai de família, da mãe, da pessoa carente que, muitas vezes, não tem o que colocar na mesa, mas é enganada e joga pensando que vai acertar, mas nunca acerta, pois esse dinheiro sempre vai para o bolso daqueles que têm o olho maior do que não sei o quê. Enfim, daqueles que só pensam em enriquecer.

Então, sras. deputadas e srs. deputados, graças a Deus que o nosso presidente Lula proibiu! Eu venho a esta tribuna para, com muita alegria, dizer que o nosso presidente proibiu! Parabéns para ele!

Nós tivemos pessoas envolvidas nesse escândalo que são autoridades do Judiciário. Só trocaram os atores da Operação Anaconda. E o juiz Lalau, que enriqueceu em Miami... Quando eu estive lá fazendo um curso de administração pública, eu vi o edifício no qual ele morava, um prédio lindo, maravilhoso, gigantesco, e tudo adquirido com dinheiro pego com segundas intenções.

Então, deputado Kennedy Nunes, os envolvidos são procuradores, desembargadores, juizes, advogados, delegado de polícia, pessoas nas quais nós confiamos e acreditamos! Esses escândalos, senhores, devem ser investigados e minuciosamente apurados. Interessa à sociedade uma resposta imediata, porque as pessoas não acreditam mais em autoridades.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputada Odete de Jesus, estava ouvindo o que v.exa. estava falando, e quero dizer que comungo do mesmo tom de indignação de v.exa. quando fala dessa vergonha, que é o assalto aos menos favorecidos e àquelas pessoas que não só são menos favorecidas pela sorte, mas também pela inteligência, e que ficam dependentes do jogo.

Concordo quando v.exa. também fala sobre essa questão da Operação Furacão, que está colocando às claras... E, diga-se de passagem, parabéns ao trabalho da Polícia Federal e à liberdade que o governo federal está dando para ela cumprir o seu papel.

Mas pena, deputada, que enquanto os jornais mostram essa vergonha das máquinas caça-níqueis, aqui no nosso estado isso está legal. O governador Luiz Henrique da Silveira, por decreto, legalizou a jogatina no nosso estado! Ele assinou um decreto dizendo que as máquinas caça-níqueis estão liberadas no estado. Isso é uma afronta à Constituição Federal, ao Supremo Tribunal Federal, que julgou uma inconstitucionalidade de uma lei aprovada neste Parlamento.

Então, é uma pena que a Operação Furacão não passou pelos decretos do governo federal aqui, que legalizou a jogatina neste estado. Ainda bem que o Ministério Público, atento, está tentando derrubar esse decreto com uma Adin lá em Brasília.

Parabéns pelo seu pronunciamento!

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Deputado Kennedy Nunes, mas eu creio que no nosso estado, após todo esse escândalo, essa vergonha nacional, vamos ter que rever muitos valores. Esse é o momento de o país mostrar a sua sede de justiça e punir os culpados. Essas autoridades que cometeram tais delitos têm que ser separadas, têm que ser tiradas! Que exemplo vamos dar para os nossos filhos, para a nossa família, enfim, para nossa juventude?

Na próxima oportunidade, quero agradecer aos deputados integrantes da CCJ pela aprovação do meu projeto *Semana do Aleitamento Materno*.

Voltarei a me manifestar em outra oportunidade!

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Sílvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. Deputado Sílvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SÍLVIO DREVECK - Sra. presidente, eu gostaria de registrar a presença em nosso meio do vereador, do município de Três Barras, Reinaldo Wengrzynowski. Seja bem-vindo a esta Casa!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Seja bem-vindo à Assembleia Legislativa, sr. vereador!

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Herneus de Nadal, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sra. presidente, sra. deputada e srs. deputados, atendendo à solicitação do sr. deputado Serafim Venzon, na manhã de hoje o Fórum da Interiorização do Ensino Superior e também da Criação e Ampliação de Cursos Técnicos Profissionalizantes reuniu-se neste Parlamento com vários segmentos representativos da educação superior do nosso estado. Dentre eles, cito: o presidente da Acafe; o reitor da Udesc, professor Anselmo de Moraes; vários reitores de universidades comunitárias; e também o representante da entidade que congrega as universidades particulares dentro do nosso estado.

Todo esse trabalho de manifestação dos segmentos que têm vínculo com os cursos de graduação está-nos mostrando um panorama cujos detalhes nem todos nós tínhamos conhecimento.

A informação dada - e parece-me relevante e importante - foi de que 40 mil vagas do Sistema Acafe deixam de ser preenchidas por falta de condições financeiras dos postulantes, que não conseguem fazer frente ao pagamento da mensalidade. Isso, com certeza, obrigamos, leva-nos a fazer reflexões sérias e profundas com relação ao acesso público, gratuito, para aqueles estudantes que pretendem cursar uma universidade, um curso de graduação.

Por isso a importância de que se criem mecanismos que permitam o financiamento ou a bolsa de estudo para os alunos carentes. Modelos foram-nos demonstrados, como o da Furb, que está criando um fundo para que se possa operacionalizar crédito educativo com o retorno dos recursos. São várias e várias modalidades que estão-nos sendo apresentadas. No entanto, o que nos preocupa sobremaneira é a manifestação de que em muitos municípios criaram-se estruturas universitárias municipais e que, infelizmente, os recursos não são suficientes para atender a toda base do ensino, restando a falta de atenção ao ensino infantil.

Portanto, é necessário que façamos uma reflexão com relação a atribuições, competências, e com a participação dos entes públicos, para que tenhamos condições de abrigar os alunos que buscam a graduação e que precisam pagar a mensalidade.

Na quarta-feira, às 9h, do dia 24 do mês de abril, ficou agendado para que, na Unochapeçó, possamos iniciar, junto com os DCEs, junto com os estudantes, a discussão desse tema que é extremamente complexo e que não pode, em nenhuma hipótese, vir a ser partidário. E tentaremos buscar, de forma serena e de maneira inteligente, condições que viabilizem o acesso desses talentos que querem estudar, mas que não têm como prover nem a manutenção e muito menos o pagamento da mensalidade junto à universidade.

Esse é um grande desafio que se propõe ao fórum, para depois elaborar um documento para que possamos buscar mudanças, transformações, mas, principalmente, para que possamos viabilizar o acesso de tantos e tantos que pretendem frequentar a universidade e não têm condições. É um papel que o fórum constituído, com a contribuição, a colaboração dos deputados que não integram, mas que têm afinidade com essa área, precisa levar em frente, precisa levar adiante, porque diz respeito praticamente a quase a totalidade das famílias do nosso estado. Só 10% têm acesso à universidade, e precisamos mudar esse quadro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado João Henrique Blasi, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, informo a v. exa. que o horário destinado ao PMDB será partilhado entre mim e o deputado Antônio Aguiar.

Ocupo, portanto, a primeira parte desse espaço para tecer breves considerações a respeito da audiência mantida pelo governador Luiz Henrique da Silveira com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Em primeiro lugar, para registrar o gesto de grandeza, de atitude institucional do presidente da República, em receber o governador de uma das 27 unidades da federação, que foi ter com sua excelência e levar a conhecimento da maior autoridade do país de pleitos, reivindicações e direitos a que faz jus o estado de Santa Catarina.

Já prevista a possibilidade dessa audiência há algum tempo, acabou materializando-se na semana passada, quando o governador levou os pleitos mais ingentes do estado. E pela informação que tivemos daqueles que acompanharam a audiência, o presidente mostrou-se receptivo e determinou aos escalões competentes a adoção imediata das providências necessárias, claro que precedidas de um estudo minucioso, para atender a essas justas reivindicações e a esses direitos postulados pelo estado de Santa Catarina, por intermédio do seu governador.

Por isso li e concordo com a manifestação de diversos srs. deputados da bancada do Partido dos Trabalhadores, na qual exalçaram o gesto do presidente da República em receber o governador, em não discriminar e em dar encaminhamento a essas postulações. Aliás, outra não seria de se esperar a atitude do presidente da República, como também outra não pode ser a atitude de um governador em face de um prefeito, seja de que partido for. As eleições passam e a responsabilidade do cargo se perpetua ao longo do exercício do mandato.

Aliás, nesse sentido, e fazendo um parêntese da minha manifestação, quero ler o que o jornal *O Estado*, na coluna Pelo Estado, consignou na edição do dia de ontem, sob o título "suprapartidária".

(Passa a ler.)

"A prefeita de Laurentino, Ivete Terezinha Losi Dalpiaz, do PP, não economizou elogio a Luiz Henrique da Silveira nem à diretora-presidente da Cohab, Maria Darci Mota Beck, ontem durante a entrega de 30 casas, das quais 20 construídas em áreas rurais e 10 na cidade. De R\$ 9,1 mil para cada habitação, R\$ 6 mil são a fundo perdido, e o restante pago pelo mutuário em 72 parcelas de R\$ 60 ao mês."[sic]

Portanto, como o presidente da República teve um gesto de grandeza, um gesto que a sua condição de magistrado maior da nação exige, de receber institucionalmente o governador e dar atenção aos seus justos pleitos, de igual modo o governador de Santa Catarina deu toda a atenção à prefeita do Partido Progressista do município de Laurentino, que lhe rendeu elogios, registrados na imprensa, o que também é seu dever de ofício.

Nessa audiência do governador com o presidente da República, assuntos, os mais variados, foram veiculados. O primeiro deles, a possibilidade de o governo federal, através da Petrobras, vir a contribuir com o Fundo Social, como, aliás, é feito com um fundo semelhante existente no estado do Mato Grosso do Sul, e que aqui em Santa Catarina não recebe o mesmo tratamento.

Como também sua excelência, o sr. governador, tratou a respeito dos R\$ 210 milhões decorrentes do leilão da conta salário do Banco do Estado de Santa Catarina, que foi aprovado por este Parlamento e que, em função de uma ação da Advocacia-Geral da União, do governo federal, foi sobrestada a possibilidade, na via judicial, de o governo vir a receber o resultado do leilão levado a efeito.

Também, de igual modo, tratou-se da questão dos títulos federais de posse do nosso Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - Ipsc -, para o pagamento dos servidores inativos. E, por último, da questão da dívida pública do estado, para a possibilidade de redução daquele valor significativo de 13%, que são automaticamente retidos para o pagamento mensal do serviço da dívida.

Penso que Santa Catarina só tem a ganhar com essa audiência e que o governo federal haverá de dar uma resposta afirmativa, dizendo "sim" ao justo pleito e aos direitos vindicados pelo estado de Santa Catarina.

Quero, também, nesta oportunidade, fazer o registro de que, se essa audiência, se esse procedimento, foi permeado de acertos, houve um único erro, e é importante e altaneiro que os erros sejam reconhecidos. Lançando mão de um texto de setembro de 2005, na recomposição de um dos textos entregues ao presidente da República, foi consignado o que havia naquele texto original de maio de 2005, que diz, precisamente, o seguinte:

(Passa a ler.)

[...]

"O Governo de Santa Catarina está absolutamente sem recursos para investimentos e atendimento às demandas sociais e a progressão do quadro significará, inevitavelmente, dificuldade para o pagamento da folha dos servidores, dentre outros prejuízos à sociedade."[...][sic]

Quero, neste momento, tranquilizar os servidores públicos do estado de Santa Catarina, dizendo-lhes que essa não é a realidade atual; essa consignação se deve a um equívoco que assumimos referente a um texto elaborado numa situação pontual de setembro de 2005. Tanto é verdade que, para o ano de 2007, já está fixado o cronograma de pagamentos aos servidores públicos ativos e inativos, de janeiro a dezembro, com a divisão que sempre houve em dois grupos. E podem ficar tranquilos os servidores públicos estaduais, porque receberão exatamente nas datas que aqui estão consignadas.

Ficarão preocupados aqueles que torcem pelo quanto pior melhor, porque este governo, novamente, como aconteceu na gestão passada, vai se manter adimplente, vai se manter pontual e vai cumprir o hierático compromisso de pagar em dia o merecedor servidor público do estado de Santa Catarina.

Agradeço, e cedo os minutos restantes ao deputado Antônio Aguiar.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário do PMDB, com a palavra o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sra. presidente, colegas parlamentares, público que nos assiste aqui e também através da TVAL, ouvintes da nossa Rádio Digital.

(Passa a ler.)

"Muito se fala sobre o potencial brasileiro em extração de minérios, mas o Brasil pouco conhece de seu subsolo. Basta dizer que boa parte das jazidas em atividade no país foi descoberta por leigos ou por acaso, como aconteceu com Carajás, nos anos 80.

A descontinuidade dos programas de levantamentos geológicos básicos do território nacional tem comprometido a atração de investimentos para a descoberta dos novos depósitos minerais, bem como a geração de informações confiáveis para o planejamento territorial.

Neste sentido, a retomada dos levantamentos geológicos, reafirmando o papel do Estado, da União, como geradora do conhecimento geológico, é fundamental para reavivar o ciclo de geração de jazidas e incrementar o setor de serviços em geologia, geofísica, no geoprocessamento e em laboratórios, favorecendo, em decorrência, a capacitação de recursos humanos.

Recentemente, vim a esta tribuna destacar as pesquisas autorizadas de uma empresa de fertilizantes da Índia, sediada em Nova Deli, que foi autorizada a fazer pesquisas com xisto betuminoso em Santa Catarina, no Paraná e, talvez, em São Paulo. Essa empresa deverá explorar reservas de xisto betuminoso nos municípios de Canoinhas, Três Barras e Papanduva. O objetivo dessa empresa é extrair óleo a partir do processamento, no Brasil, do xisto, um combustível similar ao petróleo de poço.

A exploração do xisto betuminoso é mais antiga do que o conhecimento do petróleo de poço. Os Estados Unidos, por exemplo, fizeram as primeiras tentativas de exploração comercial do xisto no século XVIII. No entanto, quando foi perfurado o primeiro poço de petróleo, o xisto, cujos processos de extração são mais custosos, perdeu competitividade para o novo combustível, que chegava mais barato.

Nos anos 70, com a crise do petróleo, o xisto voltou a um lugar de destaque, como uma importante fonte alternativa, mas os investimentos não foram fortes suficientes nem constantes, já que o petróleo de poço ainda se mostrou economicamente mais viável.

O xisto betuminoso é uma rocha encontrada em abundância no Brasil, principalmente nas regiões sul e sudeste, e pode baratear custos na pavimentação de estradas entre 20% e 40%, dependendo das condições do solo que receberá o asfalto, o que representa muito dinheiro em se tratando de obras extensas.

O xisto é capaz de produzir exatamente os mesmos subprodutos do petróleo, como óleo diesel, enxofre, alcatrão, gás, nafta, gasolina e querosene. Por isso foi diversas vezes apontado como o combustível do futuro, já que suas reservas aproveitáveis no mundo todo podem ser maiores que as do próprio petróleo.

Vejam, srs. deputados e sras. deputadas, que trago este assunto e faço esta introdução falando de um investimento importante para o planalto norte, que é uma região com economia deprimida, que busca novas alternativas de renda para estimular o seu progresso, para reconhecer a importância de estudos científicos sobre as nossas potencialidades geológicas. E faço isso para reconhecer o esforço concentrado que está sendo empreendido por universidades e pelo governo federal para aprofundar o mapa do subsolo brasileiro, que começa a ser desenhado por um nutirão de geólogos.

Pasmem, srs. deputados e sras. deputadas, pois apenas 8%, dos mais de 13 milhões de quilômetros quadrados a serem estudados, já foram prospectados por um grande estudo que está sendo empreendido, sob o comando do Serviço Geológico do Brasil, conhecido pela sigla CPRM. É um trabalho que, conforme os próprios técnicos responsáveis, está sendo realizado com 30 anos de atraso, mas já permite uma visão unificada das potencialidades nacionais. E esse mapa referenciado foi desenvolvido com tecnologia totalmente nacional.

Os investimentos foram retomados porque há uma clara percepção da importância que tem a mineração na economia, e a iniciativa privada não dispunha de dados novos porque o governo federal não cumpria com o seu papel de fornecer informações sobre o subsolo do país.

Canadá e Austrália são gigantes da mineração e conhecem perfeitamente seus potenciais. E é por isso que devemos destacar investimentos feitos nos últimos 4 anos, de mais de R\$ 70 milhões nos trabalhos desenvolvidos pela CPRM, em trabalhos desenvolvidos por seus 320 geólogos e em outros desenvolvidos com o apoio de universidades.

O mapa geológico da chamada *Folha Joinville*, ainda em processamento, irá fornecer informações geológicas atualizadas, uma vez que o mapa geológico mais recente dessa folha data de 1983.

Para tal, além do trabalho de campo, é utilizada a bibliografia atualizada, com alguns mapas geológicas parciais bastante recentes. Além disso, serão atualizadas as informações quanto a ocorrências minerais, atividades de extração mineral e sítios arqueológicos.

E os novos dados obtidos durante a execução do projeto darão uma importante contribuição ao conhecimento da área, que abrange a região nordeste de Santa Catarina, parte do planalto norte e sudoeste do Paraná. É impossível dimensionar quanto o Brasil pode ganhar depois de saber o tamanho da riqueza do seu subsolo.

De resto, o conhecimento geológico também possibilita as descobertas de possíveis potenciais lençóis freáticos, de águas subterrâneas, o que poderá ser de grande valia para muitas comunidades em questões ligadas ao abastecimento de água, a partir do aquecimento do planeta."

Ainda na sexta-feira, os técnicos pesquisaram a importância da água da nossa região. Estiveram presentes na nossa cidade um técnico da Índia e um geólogo da universidade, que fizeram um levantamento preciso das condições da água para a instalação da refinaria de xisto no município de Canoinhas, sendo que as duas bases principais serão nos municípios de Três Barras e Papanduva.

Vejo que está aqui presente o vereador, de Três Barras, Ernani Wogeinaki, ao qual faço a minhas saudações. E falando em Três Barras, entendo que a instalação da refinaria de xisto no planalto norte vai ser um marco que vai criar duas etapas: uma antes da instalação da refinaria do xisto e outra após a sua instalação.

Muito obrigado, sra. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sra. presidente e srs. deputados, quero registrar a presença, nesta Casa, na semana de aniversário do município de Palhoça, de Nilson Spindola, secretário de Administração; do Nilinho, nosso companheiro; do Luciano e do Rafael Luz.

E do município de São José, estão aqui presentes, neste Poder, o suplente de vereador Zico Osmar e a líder comunitária Preta.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Quero registrar a presença, nesta Casa, do vereador, de Três Barras, Ernani Wogeinaki; do vereador Jaime Bastos, de São Bento do Sul; e do ex-secretário de estado de Finanças.

Sejam todos bem-vindos!

A Sra. Deputada Ada De Lucca - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Boa tarde, sra. presidente. É com grande satisfação que eu anuncio a visita, nesta Casa, das madrinhas de uma das melhores festas do estado de Santa Catarina e mais tradicional, que é a Festa de Santo Antônio dos Anjos da Laguna. As festeiras são as seguintes: Maria da Graça Rodrigues, Ana Cristina Rodrigues Guimarães, Ivete Scopel, Edna Medeiros, Ângela Fernandes, Maria da Graça Lopes Carneiro, Lorena Pacheco Guedes e Maria Aparecida Boeger, que estão acompanhadas do Mário José Espíndola.

Quero anunciar também, sra. presidente, a presença, nesta Casa, da prefeita do município de Treviso, Lúcia de Lurdes Cimolin da Silva, e do seu grande escudeiro, sr. Valmor.

Sejam todos bem-vindos a esta Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputada Ada De Lucca.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sra. presidente, também quero registrar a presença, em nosso meio, do meu querido amigo e companheiro Celito Werlang, vice-prefeito de Saudades, que também assiste à sessão na tarde de hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Esta Presidência agradece a visita das senhoras e dos senhores ao Parlamento catarinense.

Ainda dentro do horário reservado Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado José Natal, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sra. presidente, sra. deputada, srs. deputados, público que nos prestigia, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Digital Alesc, quero que prestem atenção no meu pronunciamento, nas minhas colocações, para depois não saírem dizendo ou interpretarem mal o que eu disse, ou seja, que sou contra os praças da Polícia Militar do estado de Santa Catarina.

Eu recebi, como membro da comissão de Trabalho, para relatar, o Projeto de Lei Complementar n. 0005/2007, que veda o pagamento de ajuda de custo aos servidores civis e militares estaduais que integram a secretaria de estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, por ocasião da participação de curso de qualquer natureza.

Com esse projeto de lei, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Digital Alesc, a intenção do governador do estado de Santa Catarina é sanear custos no total da sua folha de pagamento.

Analisei a matéria a fundo, já que fui designado relator, e, no meu entendimento, ela não deveria nem ter ido à comissão da qual faço parte, que é a comissão de Trabalho, porque em detrimento ao art. 142, inciso III, do Regimento Interno, já deveria ter sido matéria morta, pois a comissão de Constituição e Justiça já deu parecer pela sua inconstitucionalidade.

Quero relatar a todos os catarinenses o seguinte: no escopo do projeto de lei, na pretensão da emenda do deputado Sargento Amauri Soares, é completamente pertinente a sua preocupação. Mas, srs. deputados, essa ajuda de custo - e o sr. governador do estado realmente pretende acabar com ela - hoje é lei e diz: os militares das Polícias Civil e Militar que se deslocam das suas cidades para fazer um curso de graduação, um curso de aperfeiçoamento fora da área limítrofe do local onde vão

executar o curso - e eu entendo que a área limitrofe é só para quem mora na cidade de São José -, recebe como ajuda de custo, se possuir um único dependente na família, o seu salário normal e, ao encerrar o curso, mais um salário, sem desconto de Imposto de Renda ou qualquer outra situação. E se o militar tiver dois dependentes ou mais, recebe o seu salário integral e mais dois salários de ajuda de custo. E quando ele termina o curso, recebe mais um salário.

Então, ele recebe três salários de ajuda de custo e mais um salário normal, se ficar, num período de seis meses, fazendo um curso de aperfeiçoamento na carreira, o que, no meu entendimento, onera, especificamente, o estado de Santa Catarina.

Eu não conheço categoria nenhuma, na carreira de civil ou de funcionário público, neste país, que seja contemplada dessa forma: quando ele sai para fazer um curso, recebe, volta a repetir, se tiver um dependente, um salário e mais um salário de ajuda de custo; se ele tiver dois ou mais dependentes, recebe o seu salário integral e mais dois salários de ajuda de custo. E quando volta para casa, recebe mais um salário. Eu não conheço nenhuma situação semelhante a esta neste país. Isso é, no meu entendimento, um privilégio!

Mas vejam que essa lei não é de autoria do atual governo! Essa lei é do ano de 1995. E num primeiro momento, o governo do estado trará, a partir do mês que vem, para Florianópolis, aproximadamente 330 policiais, dos quais 220 são de fora da região da Grande Florianópolis ou da região limitrofe.

Sras. deputadas e srs. deputados, de acordo com um cálculo aproximado que fiz, o governo do estado gastará nada mais, nada menos do que R\$ 1,5 milhão só de ajuda de custo. Isso, no meu entendimento, é um valor exorbitante, para as condições atuais do serviço público neste país.

O que esta Casa deve propor, se não for acatada a solicitação do deputado Sargento Amauri Soares? Nós continuaremos a dar a ajuda de custo, se não for acatada? Isso, no meu entendimento, não deve acontecer, porque já foi rejeitado, pela inconstitucionalidade, na comissão de Constituição e Justiça. Esta Casa deve buscar, junto ao governador do estado de Santa Catarina e a sua equipe, uma solução para os praças da Polícia Militar do estado de Santa Catarina, porque, no caso dos praças, o valor da diária é 1/134 do soldo que recebem hoje.

Nós temos situações, hoje, de praças que se deslocam de outras cidades do estado para vir à capital fazer um curso para promoção, para a ascensão na sua carreira, de menos de R\$ 15,00. Daí, sim, é um absurdo e completamente fora da realidade. Esses praças têm familiares.

Volto a dizer que esta Casa tem que buscar uma alternativa junto ao sr. governador do estado para arrumarmos essa situação! Eu discordo da forma como a lei se encontra. A pretensão do governador é realmente acabar com o pagamento de um soldo, mais um salário, e de dois soldos, um salário e mais um salário, sem desconto nenhum.

Por isso, srs. deputados, faça este pronunciamento para que, daqui a pouco, não estejam dizendo, no estado de Santa Catarina, que o deputado José Natal foi contra os praças da Polícia Militar deste estado. Não é verdade! É uma classe que deve ser valorizada, que presta um serviço, hoje, reconhecido pela sociedade, haja vista o número baixo de criminalidade no estado. Graças à colaboração das Polícias Civil e Militar este governo está conseguindo diminuir o índice de violência no estado.

Para que possamos motivar essa classe, esta Casa tem que se comprometer em buscar a melhor alternativa, sem onerar os cofres do estado. Há uma disparidade muito grande! Enquanto algumas categorias vivem com um salário irrisório, sem a possibilidade de ascensão, porque quem não tinha um nível superior e hoje tem, sendo funcionário do quadro do governo do estado... Mas a lei só permite a ascensão no serviço público mediante um novo concurso, enquanto que a classe, volta a dizer, dos policiais militares é diferente: eles fazem um curso para a ascensão e são extremamente bem pagos para isso! E no meu entendimento, como funcionário público municipal, desculpem a minha expressão, isso é um escândalo, é uma vergonha para o patamar do funcionalismo público...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Pedro Baldissera, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sra. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, no horário do partido pedirei à assessoria que disponibilize aos srs. deputados e às sras. deputadas a entrevista do secretário da Coordenação e Articulação, dada à CBN, no último sábado. Faço isso porque as palavras, principalmente no campo político, têm um valor incalculável, e falam muito mais alto do que as imagens. Portanto, vamos acompanhar a entrevista:

"O JORNALISTA RENATO IGOR - ...de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira. O fato é que acabou vazando um documento oficial do governo do estado, que foi entregue ao presidente Lula. E o governo, na sua argumentação, pleiteando ajuda do governo federal - o governo estadual pleiteando ajuda do governo federal, ajuda financeira. O documento consta que o governo de Santa Catarina está absolutamente sem recursos para investimentos e atendimento às demandas sociais. E a progressão do quadro significará, inevitavelmente, dificuldade para o pagamento da folha dos servidores, dentre outros prejuízos à sociedade.

Secretário de Coordenação e Articulação no governo do estado Ivo Carminati, pode faltar dinheiro para o pagamento do salário dos servidores públicos estaduais, Secretário? Bom-dia!

O SR. SECRETÁRIO IVO CARMINATI - Bom-dia, Renato, bom-dia aos nossos ouvintes da CBN!

Com certeza, não vai faltar, Renato! Isso é posição inquestionável, definida pelo governador, mesmo porque a tônica do documento que você se refere, a origem, data de setembro de 2005, quando o primeiro documento do estado foi remetido ao presidente Lula no sentido de que fossem atendidos os pleitos de Santa Catarina, pleitos antigos, por exemplo, os títulos do Ipsc, Besc, a dívida do BNDES, ressarcimento daqui, de manutenção das estradas de Santa Catarina.

Naquela oportunidade, naturalmente, registrava essas dificuldades que o estado passava, mas que em momento algum afetavam a possibilidade de atrasar a folha de pagamento. Não se discute isso, sabe Renato. É que consta no documento... E aí o governador foi bem claro quando ele deu a entrevista coletiva no Palácio do Planalto, após a audiência do presidente Lula, no seguinte sentido: 'O estado de Santa Catarina tem a sua capacidade de investimento diminuída', isso é verdadeiro, 'em função da redu...' Por que a redução da capacidade de investimento? Porque prioriza o custeio e a folha de pagamento. Há uma leitura diferente do que se escreveu... Se conversou com o presidente e se escreveu, isso é verdade. Só que não há a menor chance de atrasar a folha de pagamento.

Nós queremos discutir é a retomada de investimento dos recursos federais em Santa Catarina, e o Besc é um exemplo, o Ipsc é outro exemplo, a contribuição da Petrobras no Fundo Social é outro exemplo. A dívida do BNDES, que é fora do limite dos 13%, e a capacidade de endividamento do estado corresponde a R\$ 7 milhões por mês. O governador deseja que este valor, equivalente em termos percentuais, seja incluído nos 13%. Isso daria ao estado um fôlego de investimento forte e acentuado.

Então, a discussão é um pouco diferente, dessa que está traduzida no documento. É evidente que...

O JORNALISTA RENATO IGOR - Agora, secretário, esse documento, como o senhor está falando, é de setembro de 2005. O senhor disse que o texto está velho, mas foi o texto apresentado para o presidente Lula. O senhor disse que a condição financeira do estado melhorou de 2005 para cá. E se melhorou, quanto melhorou? E por que, então, o governo não apresentou um texto com um outro teor, com um outro conteúdo, e sim esse texto de 2005?

O SR. SECRETÁRIO IVO CARMINATI - Certo! O texto foi reproduzido, sim, Renato! Não tem o que esconder isso. Agora, o fato é que a redação pode não ter sido a melhor, só que aquela redação traduz a diminuição da capacidade de investimento e não o atraso da folha de pagamento. Isso é um jogo aberto, um jogo transparente. Melhorou, sim, a capacidade de investimento? Claro! Retomou-se... E 2005 foi o ano bom do estado, tanto que nós tínhamos 52 municípios sem acesso asfáltico e hoje nós temos apenas 27. Quer dizer, nós fizemos mais de 20 acessos e vamos fazer o restante em dois anos.

O estado tem o equilíbrio orçamentário, o equilíbrio financeiro, levando a discussão para a manutenção do custeio e da folha de pagamento. O estado não tem uma capacidade de investimento como teve anteriormente, mas vai buscar isso. E foi buscar através do governo federal.

Colocou-se uma redação pouco eficaz, e isso não tira o brilho do diálogo existente e cordato entre o governador Luiz Henrique da Silveira e o presidente. E o presidente assentiu.

Primeiro - e aí o estado precisa saber disso, a sociedade catarinense, através da sua voz, do seu microfone -, o Besc vai ser preservado na incorporação junto ao Banco do Brasil, mantendo a sua marca, que é uma marca nossa, a marca do catarinense, junto às agências do Banco do Brasil, e vai mantendo a sua capilaridade e, principalmente, as agências pioneiras. É aquela discussão que nós já tivemos lá. Isso são cláusulas contratuais e ficarão postadas no contrato.

Claro, R\$ 210 milhões... Isso vai dar um fôlego de investimento no estado fortemente. Esse dinheiro não vai para custeio. Esse dinheiro vai, então... Vamos segregar: R\$ 50 milhões, Segurança, dos R\$ 210 milhões; R\$ 10 milhões, Fapesc, que é a nossa pesquisa. Depois nós temos verbas carimbadas com a Saúde e temos verbas carimbadas com a Educação. Então, nós vamos ter aí a aplicação... (falha na gravação) em investimentos e não para pagar a folha de pagamento. A folha está garantida, sempre foi paga em dia, e será sempre paga em dia, sem a menor dificuldade.

O JORNALISTA RENATO IGOR - Secretário Ivo Carminati, secretário da Coordenação e Articulação no governo do estado, muito obrigado, secretário, pela atenção do senhor aqui conosco.

O SR. SECRETÁRIO IVO CARMINATI - Eu é que agradeço. [sic]

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Acho que o relato dá exatamente a dimensão de como se encontra o governo do estado de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira.

Tenho dito em outros momentos que a forma como vem sendo colocado o que nós vivenciamos é uma verdadeira atrapalhada. Existe um desencontro terrível de informações, as mais diferentes e contraditórias possíveis. E o pior de tudo é que o governo Luiz Henrique da Silveira, além ter ficado mais de dois anos sem dialogar com o presidente Lula, distanciou-se, afastou-se, achando que ele estaria acima de tudo e de todos, acima do povo catarinense. Não deu importância, não pensou no povo e, o pior de tudo, quando vai, está perdido no tempo e no espaço, e vai com um documento de setembro de 2005.

Quero fazer questão aqui de realçar que o presidente Lula não discrimina. Mesmo com o afastamento e com as críticas constantes, sistemáticas, que o governo de Luiz Henrique da Silveira fez com relação ao presidente Lula, o presidente, na sua instituição, no seu serviço, acolhe porque a relação dos Poderes é importante.

Portanto, trago esse assunto hoje, srs. deputados, muito aborrecido, porque quem paga por essa atrapalhada toda é o nosso povo catarinense. Esse é um governo que se distanciou, que se afastou e, infelizmente, aquilo que é fim, que é importante para o estado...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PTB.

(Pausa)

Não havendo deputado do PTB que queira fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Boa-tarde, sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados. Eu havia preparado algumas falas, na tarde de hoje, sobre assuntos importantes do governo, alguns positivos e outros não tão positivos. Mas acabei de receber um telefonema da minha filha, que é estudante do Instituto Estadual de Educação, dizendo que a Polícia Militar está dentro do colégio porque não foi empossado o diretor eleito, e sim um diretor biónico. E há todo um jogo de interesses dentro daquele colégio.

Infelizmente, não posso falar nem de assuntos de interesse público e importantes para o governo do estado nem deste assunto, ou seja, a situação no Instituto Estadual de Educação, por conta da fala que terminou de fazer o deputado José Natal, nesta tribuna.

Quero dizer a todos os srs. deputados que sou parte integrante de uma categoria historicamente abandonada pelo poder, usada pelas classes dominantes e pelo estado para fazer o serviço que a sociedade não consegue resolver a partir da discussão política.

A nossa categoria, historicamente, foi massacrada, do ponto de vista salarial, do ponto de vista do respeito profissional e do ponto de vista da possibilidade de progressão na carreira.

Nos últimos anos, e mais precisamente a partir deste ano, quando vão começar os primeiros e minguados cursos do novo plano de carreira, aprovado nesta Casa Legislativa no ano passado, nós vemos a intenção de um projeto que pretende retirar um direito, para inviabilizar que várias centenas de companheiros do interior do estado venham para a capital para realizar o curso de cabo, de sargento e o de aperfeiçoamento de sargento.

A emenda que fizemos ao Projeto de Lei Complementar n. 0005, de origem governamental... E eu desconho que o governador não conheça o seu verdadeiro teor ou a quem ele atinge, porque senão não assinaria. Na intenção ou no discurso de colibir os abusos que existem dentro da nossa instituição, está prejudicando a maioria. Por que este projeto não veio em 2003, em 2004 quando não tinha curso de praça, e veio agora, em 2007?

Quanto nós aqui gostaríamos, deputado Edson Piriquito, para ficar três, quatro ou seis meses na cidade de Chapecó fazendo um curso, tendo que deixar nossas famílias em nossas cidades? Pois o que um praça ganha para vir aqui e ficar dois, três, quatro, seis meses na capital fazendo um curso são R\$ 2 mil, R\$ 3 mil ou R\$ 4 mil, no máximo.

Deputado José Natal, daria para fazer um curso em Chapecó com este dinheiro? V.Exa. sabe que não daria! Pelo menos para o seu padrão de vida. Não podemos admitir que, com esse discurso da moralidade da coisa pública, tiremos o direito dos praças que ficaram 25, 29, 30 anos de serviço sem nenhuma única promoção. Não podemos admitir e não admitiremos. Se querem economizar recursos, que nos perguntem e nós vamos dizer aqui ou dentro da corporação como é que faz para economizar recursos, tanto na Segurança Pública como em outros setores também. Não venham fazer discursos para defender os praças, mas, ao mesmo tempo, primeiro tirando os seus direitos. Nós não permitiremos porque isso é uma injustiça, é uma provocação! A sua fala nesta tribuna, deputado José Natal, eu espero que não seja a fala do PSDB e que seja apenas a sua, porque eu entendi isso como uma provocação, como uma afronta a milhares de praças do estado inteiro.

Nós queremos discutir e estamos sempre à disposição! Mas passando da linha de São José para lá, v.exa. está tirando o direito dos praças, se votar "sim" naquele projeto. É preciso que seja aprovada a emenda que nós propusemos! Este é o apelo que faço aos srs. deputados e às sras. deputadas.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Volto a dizer que quem está sendo contemplado, hoje, com a atual lei não são os praças - e v.exa. sabe bem disso -, e sim os oficiais, que também não tenho nada contra.

Hoje, nessa condição, sim! O que temos que arrumar é uma solução para os praças, através de um novo projeto de lei, porque quem está sendo beneficiado, volto a dizer, são só os oficiais, porque têm os maiores salários.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Joares Ponticelli, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados... O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Só para concluir a minha fala, quero dizer que com o discurso de que tem que moralizar, com o discurso de que quer ajudar os praças, está-se propondo tirar o direito da nossa categoria. Nós não podemos fazer isso e não vamos admitir! Quanto a isso, não tem discussão!

Eu pergunto aos deputados de todo o estado que têm amigos policiais militares lá, se eles têm condições de vir fazer o curso aqui na capital, sem receber essa ajuda de custo?

Muito obrigado, deputado!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sra. presidente, srs. deputados, sra. deputada, catarinenses que acompanham a nossa sessão aqui e que nos assistem através da TV Assembléia, ouvintes da Rádio Digital, vejam o último parágrafo do expediente que o governador entregou ao presidente da República:

(Passa a ler.)

[...]

"O Governo da Santa Catarina está absolutamente sem recursos para investimentos e atendimento às demandas sociais e a progressão do quadro significará, inevitavelmente, dificuldade para o pagamento da folha dos servidores, dentre outros prejuízos à sociedade.

Respeitosamente,

Luiz Henrique da Silveira

Governador do Estado" [sic]

Deputado Silvio Dreveck, o que nós estamos assistindo, das tentativas de explicação que o governo tem feito a partir de sexta-feira, é um verdadeiro deboche à Oposição e à sociedade catarinense. Quem disse isso, deputado Dirceu Dresch, não foi a Oposição; foi o governador que firmou esse documento, deputada Odete de Jesus, e entregou ao presidente Lula. E a diligente imprensa catarinense noticiou, além do *Diário Catarinense*, no jornal *ANotícia*, com a seguinte manchete: "Luiz Henrique pede socorro de R\$ 2,2 bilhões a Lula". Luiz Henrique pede socorro.

E eu disse à imprensa, quando procurado na semana passada, que não vejo outra alternativa para a minoritária bancada da Oposição, a não ser promover uma acareação entre sua excelência, o governador Luiz Henrique, e s.exa., o secretário da Fazenda. O fato é que um dos dois faltou com a verdade, e isso é muito grave.

O secretário da Fazenda, há pouco mais de um mês - e não sei se já fez um mês -, quando esteve aqui na Assembléia Legislativa e quando questionado na reunião conjunta das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação, foi categórico ao afirmar que o estado não tem nenhum problema financeiro. Tem uns probleminhas orçamentários, ele disse, só orçamentários, deputado Kennedy Nunes, mas financeiro não tem problema nenhum.

Eu cheguei a sugerir ao secretário que tirasse o dinheiro debaixo do colchão. Porque esse dinheiro tem que estar embaixo do colchão. Na conta não está. Talvez o secretário seja um economista à moda antiga, que gosta de guardar dinheiro embaixo do colchão. Recomendei que ele tirasse o dinheiro debaixo do colchão e pagasse, por exemplo, os atrasos do art. 170; a merenda escolar, que está faltando; que concluísse as reformas de escolas; que concluísse as obras iniciadas politicamente; que pagasse os credores que estão batendo na porta. Mas, não! O secretário disse que estava tudo bem.

Agora o governador disse para o Lula que precisa de dinheiro porque a folha de pagamento corre risco. Quem mentiu, deputado Pedro Uczai? O secretário mentiu para a Assembléia Legislativa, ou o governador mentiu para o presidente da República e para a sociedade catarinense? Alguém mentiu! Isso é muito grave!

Esta Casa não pode mais, deputada Odete de Jesus, se calar diante desse deboche, porque o governo começa a nos tratar de forma debochada. E não está debochando só da oposição, não; está debochando da sociedade, deixando o servidor inseguro, fazendo chantagem, fazendo ameaças. E já estamos no quarto mês de um governo da mesma gente, deputado Pedro Uczai! Não é de gente diferente!

Fiquei estarecido, hoje, ao ler uma declaração do secretário Altair Guidi, dizendo que vai gastar um ano para arrumar a casa - e vou trazer a matéria depois. Mas quem bagunçou essa casa? Foi o ex-governador Eduardo Pinho Moreira ou o ex-governador Luiz Henrique da Silveira? Por que a casa estava arrumada quando eles assumiram há quase cinco anos!

Deputado Pedro Uczai, nós estamos diante de uma situação grave. Eles estão tentando remediar agora, ao ponto de dizerem que o documento foi redigido há dois anos! Isso é debochar da Oposição! Ao ponto de quererem dizer que não era aquilo que o *Diário Catarinense* publicou - e não chegaram a dizer que mentiu -, que o governador queria dizer não era aquilo. Mas assinou!

E aí eu vou me valer da nota do Cacau Menezes, no último dia 15 de abril, de domingo, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

Pode ser

"Depois que o secretário da Fazenda, Sérgio Alves, disse preferir entregar o cargo a ter que atrasar salário do funcionalismo, e do governador Luiz Henrique da Silveira ter entregue, quinta-feira, ao presidente da República, documento no qual pede socorro e relata 'dificuldade para o pagamento da folha de servidores', muita gente suspeita que quem mais uma vez vai pagar a conta é a patuléia.

Mas não foi por falta de aviso. Quando saiu do governo, o então secretário Felipe Luz já tinha alertado, e Cacau divulgou, que em abril ou maio a folha correria risco. Dito e feito!"[sic]

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Joares Ponticelli, há problemas aí. Quando foi para fazer a reforma administrativa aqui, isso interessava e disseram: "As contas estão em dia e dá para aprovar, ampliar estrutura, ampliar Regionais". Mais dinheiro para cargos, estrutura, área meio, e nada para área fim! Depois precisou fazer uma audiência com o presidente e disse que o estado está quebrado. E pegou um documento, segundo o próprio líder do governo, de 2005, que é equivocado.

Então, ou quer enganar o presidente da República, chantageando que não está mal, mas precisa dizer que está mal e precisa tirar dinheiro do governo federal, ou está mentindo para nós aqui, através dos porta-vozes dos secretários do governo do estado.

Por isso o que é preciso está claro: explicar para nós! Não é um documento de dois anos atrás. Se é um documento de dois anos que está fora da realidade, chantageou o presidente, enganou o presidente, dizendo que o estado está mal assim. Ou se efetivamente está mal, está quebrado, precisa não produzir desespero, precisa buscar, efetivamente, dinheiro no governo federal, senão quebra o estado!

Então, este governo tem que ser verdadeiro. Está quebrado? Então diga que está quebrado, porque quatro anos atrás, quando o governo Lula assumiu, estava quebrado, colocou em dia e este país está crescendo e está sendo resolvido o problema da infra-estrutura deste país. Como é que depois de cinco anos o governo diz... Está quebrado ou não está quebrado? O governo tem que dizer! Ou diga para nós, o povo de Santa Catarina, que o governo está quebrado, ou senão não vá mentir para o presidente da República!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Obrigado, deputado Pedro Uczai.

E o que me assusta, deputados Kennedy Nunes e Reno Caramori, é que mesmo com a quebra, que o próprio governador firmou no documento agora - não foi ninguém da Oposição que disse, foi ele próprio -, ele mandou colocar mais 56 servidores, porque esse é o número de secretarias, e designou um de cada secretaria para nos assistir na TVAL. Neste momento, de todos os telespectadores da TVAL, 56 estão lá com um caderninho anotando o que a Oposição está dizendo para apresentar para o governador.

Tenho medo de que venha a quarta reforma administrativa para criar 56 cargos comissionados de telespectadores oficiais da TV Assembléia, e o estado quebrando!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Democratistas.

Com a palavra o deputado Gelson Merisio, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO GELSON MERISIO - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas Ada De Luca e Odete de Jesus, inicialmente, iria falar sobre o projeto que encaminhei a esta Casa. Mas não posso me furtar ao debate proposto pelos deputados Joares Ponticelli e Pedro Baldissera, posto que eu acompanhei as colocações no meu gabinete. E quero também deixar o meu posicionamento de uma forma muito clara.

Primeiro, devo dizer que acredito que todos os catarinenses, inclusive os deputados da Oposição, torcem e desejam que o governo de Santa Catarina tenha condições de investimento, tenha condições de honrar esses compromissos e não esteja quebrado. Tenho certeza de que a torcida de todos é essa e não tenho nenhum motivo para pensar diferente.

Agora, como um membro da base de sustentação do governo, como alguém que ajudou a eleger o governador Luiz Henrique da Silveira, eu não posso também deixar de dizer aquilo que penso sobre a situação financeira do estado.

Pelos balanços que recebemos na comissão de Finanças da qual sou membro há quase três anos, e que todos os deputados têm acesso, é muito possível ser constatada a diferença que existe entre despesa corrente e receita corrente. Isso, em empresa privada e em órgão público, é o que diz claramente se a empresa está quebrada ou não está quebrada.

Numa empresa privada, se as suas despesas correntes forem maior do que a receita corrente, a empresa está quebrada. Um órgão público, como é, infelizmente, o caso do estado do Rio Grande do Sul, onde a despesa corrente todos os meses é R\$ 40 milhões a mais do que a receita corrente, esse estado está quebrado.

Em Santa Catarina, nos últimos cinco anos, a receita corrente tem sido maior do que a despesa corrente. Isso não é um estado quebrado. Pode ser um estado que tenha dificuldade de caixa, em função de investimento muitas vezes feito maior do que poderia ser feito, muitas vezes, em função de a despesa ter sido subestimada ou superestimada, pode ter sido feito em função de prever uma receita maior para um ano e não tê-la obtido.

Com relação à folha de pagamento, com todo respeito que tenho aos deputados Pedro Baldissera e Joares Ponticelli, devo dizer que um estado que arrecada, aproximadamente, R\$ 600 milhões - isso em números grandes e não vamos querer entrar agora na questão milimétrica, se é mil a mais ou mil a menos -, e tem uma folha média de R\$ 270 milhões, é evidente que é um estado que não tem risco de atrasar a folha.

Agora, é justo e também normal que o governo tenha muita preocupação com relação à folha, porque se ela continuar crescendo vegetativamente como cresce, e em todos os governos acontece isso, é muito provável que os recursos para investimento... Recursos ordinários que o estado tem em função de uma defasagem brutal do modelo tributário que temos no Brasil, e não é deste governo, nem federal nem estadual; é de um modelo equivocado que se firmou no Brasil ao longo dos anos. Isso continuando, é evidente que a folha vai ser honrada, agora a contrapartida para o recurso do BID, a contrapartida para o Microbacias, a contrapartida para o investimento da Casan em esgoto, que tem que ser feito, estarão comprometidos.

Então, com todo o respeito à retórica da Oposição, que é legítima, necessária, pertinente e engrandece este Parlamento, temos que ser muito claros: graças a Deus o estado não está quebrado, pelo contrário; o estado tem dificuldades de caixa, como todos os estados brasileiros têm, agora dificuldades de caixa com relação a investimentos, investimentos necessários e que foram feitos.

Agora, na próxima quinta-feira, vamos estar em Quilombo inaugurando mais um acesso a essa cidade. No próximo domingo, deputados Onofre Santo Agostini e Manoel Mota, vamos estar em Faxinal dos Guedes inaugurando um acesso à unidade de Barra Grande, com 11 quilômetros de asfalto. São obras que foram feitas e que geram impacto financeiro no caixa, que é um caixa debilitado, como o de todos os demais estados.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentá-lo, eminente deputado Gelson Merísio, e dizer que v.exa. tem conhecimento profundo dos fatos, porque faz parte da bancada de apoio ao governo. Evidentemente que a Oposição está desesperada, porque para mim isso é desespero dizer que o estado está quebrado e falido. Esse é o desejo deles, e até parece que é o desejo de quanto pior, melhor. Acho que a sociedade nos elegeu para defender Santa Catarina, seja na Oposição ou no governo. Estamos aqui para defendê-la e não para tentar vender aqui uma coisa que não é verdadeira.

Creio que há um despreparo total. Pessoas qualificadas, professores, usando palavras como "mentiroso" é falta de preparo mesmo! Se fosse um caminhoneiro, até passaria, mas um professor, uma pessoa com curso superior, ao usar um palavreado como esse mostra totalmente o seu despreparo como parlamentar.

Então, a Oposição está totalmente equivocada, não está no caminho certo e não contribui em nada com Santa Catarina, pode ter certeza!

Parabéns, deputado!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Deputado, é claro que a preocupação de v.exa. e de todos os deputados que dão sustentação ao governo é a dificuldade financeira, não só aqui em Santa Catarina, como em todo o Brasil. No Rio Grande do Sul, por exemplo, que é um estado muito mais rico do que o nosso, salário acima de R\$ 2,5 mil já está bloqueado.

É claro que as dificuldades estão acontecendo, e deverão acontecer, mas acreditamos no governo ao qual damos sustentação e sabemos que ele não atrasará os salários dos funcionários. E temos certeza absoluta de que isso não acontecerá porque ele tem afirmado aos quatro cantos que não irá atrasar.

Sobre ele fazer a solicitação e reclamar recursos do governo central, é claro que deveria fazer, sim. Quanto à divisão desse bolo tributário, que o governo central está ficando com quase tudo sozinho, ele tem toda razão de reclamar porque muitas obras do governo federal foram feitas pelo estado.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Muito obrigado, deputado Onofre Santo Agostini.

Para encerrar essa questão, devo dizer que me parece que o debate é importante e salutar, mas tem que ser feito de uma forma correta. E a forma correta é analisando os balanços do estado, e não precisa levar em conta o depoimento dessa ou daquela pessoa. Todos nós recebemos os balancetes trimestrais, o secretário da Fazenda tem que vir à Casa todo o semestre. Basta uma análise dos números do estado - e os dados estão disponíveis a todos os deputados -, que se vai constatar, de uma forma peremptória, duas coisas: primeiro, que o estado não está quebrado porque tem a receita corrente maior do que a despesa corrente, e, segundo, que não há nenhum risco de atrasar a folha, porque a receita do estado está na ordem de R\$ 600 milhões e a folha de pagamento não chega a R\$ 300 milhões. Tenho certeza, por isso, de que o estado está em perfeitas condições para continuar investindo e crescendo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero registrar a presença, neste plenário, de duas vereadoras do meu município de Saudades: Zeli Vergues Stein e Gisela Ivani Hermann.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, quero apenas dar conhecimento a v.exa., à Mesa Diretora e ao plenário que iniciamos, há pouco, numa ação conjunta da Escola do Legislativo e do Ceja, numa parceria com a secretaria da Educação, o nosso curso intensivo de 1º e 2º graus, focado aos servidores desta Assembléia Legislativa.

Sr. presidente, 43 servidores da Assembléia Legislativa estão, neste momento, participando do curso intensivo de 1º e 2º graus. Boa parte deles ainda não tinha concluído o 1º grau. Inclusive, o ex-deputado Idelvino Furlanetto é um dos nossos alunos que iniciou, hoje, o seu curso de 2º grau intensivo.

Portanto, quero aqui, de público, agradecer pela parceria da secretaria da Educação, por intermédio do Ceja, com a nossa Escola do Legislativo, e cumprimentar esses 43 servidores que, recrutados pela coordenação de avaliação desta Casa, numa ação conjunta com a Escola do Legislativo, iniciam, a partir de hoje, deputada Odete de Jesus, um processo de inclusão. E até o final do ano, se Deus quiser, eles terão concluído o ensino de 1º e 2º graus. Entendo que é um bom projeto que a escola está realizando de resgate e de elevação da auto-estima e da dignidade do nosso servidor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0009/2007, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que denomina Antônio Henrique Bulcão Viana o hangar do governo do estado junto ao Aeroporto Hercílio Luz, em Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração Pública e de Serviço Público.

Em discussão.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, o autor, deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, trata-se de um projeto que visa homenagear justamente um dos homens públicos que teve uma trajetória brilhante na política de Santa Catarina, em especial no município de Florianópolis.

Antônio Henrique Bulcão Viana foi um dos homens mais honrados, certamente, que este Parlamento já teve. Esse projeto visa dar ao hangar do governo do estado, junto ao Aeroporto Hercílio Luz, a denominação Antônio Henrique Bulcão Viana. Ele representava muito bem o espírito do ilhéu, do florianopolitano, pessoa de trato fácil, amigo dos amigos, pessoa de grande conhecimento em toda a cidade e que goza, também, tenho certeza, da admiração de muitos funcionários desta Casa, e de colaboradores que com ele conviveram durante muitos anos.

Então, sr. presidente, o objetivo central deste projeto é homenagear esse grande homem que faleceu no dia em que tomamos posse nesta Casa, dia 1º de fevereiro. Julgamos a homenagem justa, pois visa lembrar, de maneira permanente no hangar do governo do estado, a figura desse homem que, acima de tudo, primou pela humildade, pelo espírito público e pela total honestidade, visto que ao final da sua vida estava com o mesmo patrimônio que herdou do pai, a casa histórica na avenida Rio Branco.

Nossos cumprimentos ao suplente de vereador Toninho Bulcão Viana, a toda a sua família, a quem certamente rendemos esta homenagem justa e necessária que temos o prazer de encaminhar a esta Casa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado, em segundo turno.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini

- Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, o que eu ia falar o deputado Cesar Souza Júnior, em nosso nome, já encaminhou. Mas eu quero hipotecar solidariedade ao referido deputado por esta grande figura que tivemos o privilégio de conhecer, ainda no tempo da UDN. Veja v.exa. que faz muito tempo! Nesse tempo, Bulcão Viana, pessoa pela qual se tinha muita estima, pertencia à saudosa UDN.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0025/2007, de autoria do deputado Gilmar Knaesel, que denomina Rodovia Alexandre Passos Puzyna a Rodovia SC-478, trecho entroncamento SC-280 - Santa Cruz do Timbó-Despraiado, no município de Porto União.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado, em segundo turno.

Esta Presidência comunica ainda que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s: 0197/2007, 0202/2007 e 0203/2007, de autoria do deputado Jailson Lima; 0198/2007, de autoria da deputada Ada De Lucca; 0199/2007, de autoria do deputado Silvío Dreveck; 0200/2007, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior; 0201/2007, de autoria do deputado Narcizo Parisotto, e n.s 0204/2007 e 0205/2007, de autoria do deputado Professor Grandó, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Sobre a mesa requerimento de autoria do deputado Marcos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras Municipais de Rio do Sul, Bela Vista do Toldo, Santiago do Sul e São Francisco do Sul, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. José Reinaldo Figueiredo, presidente do sindicato dos fiscais da Fazenda do estado de Santa Catarina, cumprimentando-o pela realização da centésima nona reunião do Conselho Deliberativo da Fenafisco.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos srs. Paulo Cezar Maciel e Carlos Jereissati Filho, cumprimentando-os pela inauguração do Shopping Center Iguatemi Florianópolis.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito municipal de Concórdia, cumprimentando-o pela abertura oficial da Expo Concórdia 2007.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras Municipais de Rio do Sul, Bela Vista do Toldo, Santiago do Sul, São Francisco do Sul e São Pedro de Alcântara, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras Municipais de Vargeão, Matos Costa e Timbó Grande, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Marcos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras Municipais de Itapema, Vargeão e Matos Costa, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que solicita o envio de mensagem telegráfica à estudante Roberta Muriel Longo Roepke, de Timbó, cumprimentando-a pelo 1º lugar geral no vestibular da UFSC.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras Municipais de Bela Vista do Toldo, Santiago do Sul e São Pedro de Alcântara, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao promotor Gercino Gerson Gomes Neto, cumprimentando-o pela posse como procurador-geral de Justiça.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente e ao vice-presidente da União dos Vereadores do Estado de Santa Catarina - Uvesc, cumprimentando-os pelas novas instalações daquela entidade.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. Roque Pellizzaro, cumprimentando-o pela recondução ao cargo de presidente da FCDL de Santa Catarina.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao professor Antônio Diomário Queiroz, cumprimentando-o pela posse na Presidência da Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do estado de Santa Catarina.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Elizeu Mattos, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente e aos diretores da CDL de Lages, cumprimentando-os pela inauguração do novo auditório e do acervo cultural do comércio daquele município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Elizeu Mattos, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos diretores da *Revista Expressiva*, de Lages, cumprimentando-os pela passagem dos cinco anos de fundação daquela revista.

A Presidência defere de plano.

Moção de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviada ao sr. Raul Ferrari, bem como a toda a diretoria, parabenizando-o pela administração eficiente na Presidência do Sindicato dos Trabalhadores Públicos de Rio do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviada ao sr. William Sieverd, diretor de Teatro de Animação, parabenizando-o pela divulgação do estado no projeto com turnê em mais de 15 estados da Federação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Serafim Venzon, a ser enviada à Bancada Catarinense no Congresso Nacional, solicitando apoio ao movimento dos servidores administrativos da Polícia Federal para reestruturação e criação de plano especial de cargos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Marcos Vieira, a ser enviada ao presidente da Câmara dos Deputados Federais, solicitando apoio aos termos da proposta de Emenda Constitucional n. 0023/2007, que altera o art. 159 da Constituição Federal e acrescenta os arts. 95 e 96 ao Ato das Disposições Transitórias, para que as contribuições que determina passem a ser divididas entre os estados e municípios.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao ministro da Saúde e ao deputado federal do Paraná, sr. Max Rosemann, solicitando o credenciamento de transplante de medula para o Hospital Ernesto Gaertner.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviada à Bancada Catarinense no Congresso Nacional, solicitando a manutenção do veto ao art. 9º do PL n. 6.272/2005, que cria a Receita Federal do Brasil, na parte que inclui o § 4º no art. 6º da Lei n. 10.593/2002 (Emenda Aditiva n. 3).

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - O deputado Jailson Lima está ausente, mas eu já conversei com ele sobre a possibilidade de retirarmos esta moção da pauta da Ordem do Dia de hoje, ele já deu consentimento, para discuti-la na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência atende o pedido de v.exa.

Pedido de informação de autoria do deputado Jandir Bellini, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário da Segurança Pública, solicitando informações sobre a construção do presídio regional de Itajaí.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, há um projeto de lei complementar referente ao Deinfra que, pelo que me consta, está com prazo encerrado, uma vez que veio timbrado pelo regime de urgência. Foi aprovado, hoje, pela manhã, na comissão de Constituição e Justiça e foi aprovado, à tarde, na comissão de Trabalho.

Eu indago a v.exa. se haveria condições de trazê-lo para deliberação, já que se trata de lei complementar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência consultou a assessoria e realmente o prazo está vencido e a matéria já está na Ordem do Dia.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0007/2007, de origem governamental, que dispõe sobre a organização do Departamento Estadual de Infra-Estrutura - Deinfra - e estabelece outras providências.

Há um requerimento sobre a mesa da Presidência, assinado pelo líder da bancada do Partido dos Trabalhadores, deputado Pedro Baldissera, que requer o destaque para discussão e votação em plenário da emenda substitutiva global ao Projeto de Lei Complementar n. 0007/2007.

A Presidência defere o requerimento do deputado Pedro Baldissera. Vamos votar, destacadamente, o substitutivo global do deputado Pedro Baldissera.

Conforme prevê o Regimento, após o encerramento da discussão, vamos à votação. A votação será no plenário, nominal, e para que o substitutivo ou a matéria de fundo seja aprovada são necessários 21 votos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, analisando a maneira como o governo apresentou este projeto do Deinfra, nós percebemos, no art. 3º, principalmente, parágrafo único, que as atribuições do Deinfra previstas nos incisos III, IV, VII, X, XIII, XVI, XVIII, poderão ser terceirizadas, tendo em vista que a execução desse serviço pressupõe a contratação de um terceiro para realização de atribuição legalmente destinada à autarquia. Isso, além de esvaziar o Deinfra de modo substancial, não justificando, inclusive, a sua existência, contradiz até o discurso que ajudou o governo a aprovar a reforma administrativa nesta Casa, em que iriam reduzir entre 50% a 70% as terceirizações do governo.

Então, o Deinfra, com isso, pode terceirizar até a administração, a coordenação e a elaboração de projetos; pode executar projetos; terceirizar até definição de padrões técnicos, coisa que é própria da autarquia, de interesse administrativo; terceirizar o controle direto e indireto do trânsito, bem como outras atividades relacionadas às rodovias do estado, sob jurisdição do estado; participar de negociação de empréstimos com instituições públicas e privadas nacionais ou internacionais para financiamento de programas, projetos e obras de sua competência, sob a coordenação da secretaria; delimitar, para fins de declaração de utilidade pública, bens imóveis a serem desapropriados para a implantação de empreendimentos de infra-estrutura e de sua competência; administrar pessoal, patrimônio e material da autarquia; proceder a estudos de revisão para planos de esporte do estado. Enfim, pode terceirizar tudo, não precisaria mais esse órgão, mas contradiz com aquele argumento fundamental da reforma, que seria diminuir entre 50% a 70% as terceirizações.

Aquilo que tiraram lá, que disseram que iria diminuir lá, estão aumentando aqui! Então é um jogo de faz de conta que deixa o povo catarinense, assim como a situação financeira do estado, atônito, parece que o estado não sabe o que realmente quer para a sua administração.

Por isso, então, solicitamos ao conjunto dos deputados a aprovação dessa emenda substitutiva global, no sentido de corrigir essa distorção que estão querendo fazer com o Deinfra.

A bancada do PT vota pela aprovação do substitutivo global.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Encaminhado pela bancada do PT.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente!

O Sr. Presidente (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado João Henrique Blasi, líder do governo.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, srs. deputados, apenas para dizer que esse projeto foi bem debatido, o relator, deputado Marcos Vieira, fez um substitutivo global, acolheu algumas sugestões trazidas pelo meio sindical naquilo que era possível. E o projeto, fundamentalmente, fortalece o Deinfra, mantém as superintendências vinculadas a sua estrutura organizacional e é um projeto importante porque fortalece essa autarquia que trata da infra-estrutura rodoviária do estado de Santa Catarina.

Portanto, o nosso pedido é para o encaminhamento "não" à emenda destacada pela bancada do PT e, na votação subsequente, "sim" ao projeto.

"Não" agora e "sim" na votação subsequente.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O Sr. Presidente (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Marcos Vieira, relator do projeto.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, na qualidade de relator, quero complementar o que foi colocado pelo eminente deputado João Henrique Blasi, dizendo que algumas das sugestões oferecidas pela associação dos servidores do Deinfra foram acatadas, bem como pelo corpo direto daquela autarquia, resgatando, evidentemente, as superintendências e trazendo para dentro do Deinfra, na condição de membros do conselho administrativo, representantes das secretarias da Fazenda, do Planejamento e da Infra-Estrutura, e representante da fundação do meio ambiente, Fatma.

O PSDB vota "não" ao substitutivo global do deputado Pedro Baldissera, e vota "sim" ao substitutivo global deste deputado.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Joares Ponticelli, em nome da bancada do PP.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, irei encaminhar em nome do nosso líder, que não está presente momentaneamente. Nós discutimos amplamente essa matéria com os representantes do sindicato, com os servidores, reconhecemos que o substitutivo do deputado Marcos Vieira promove algumas melhorias substanciais na matéria, especialmente aquela que mantém a estrutura do Deinfra - um dos grandes pleitos dos servidores -, no entanto, ela não contempla as demais proposições apresentadas pelo sindicato.

Portanto, votaremos com o substitutivo, com a emenda destacada de autoria do deputado Pedro Baldissera.

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, só para complementar, quero dizer que nós teríamos no Deinfra um absurdo. Se ele é uma unidade autônoma, se ele é uma autarquia, nós teríamos o absurdo de vários de seus setores serem gerenciados pela administração central do governo e por setores da administração estadual. Isso não é descentralização, seria a centralização. Está cheio de incoerências esse projeto e por isso, mais uma vez, faço um apelo para que os deputados votem no substitutivo.

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Peça a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Gelson Merísio, líder do Democratas.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Sr. presidente, a bancada do Democratas votará contra a emenda do substitutivo global e votará com o relator da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem "não" rejeitam o substitutivo destacado, de autoria do deputado Pedro Baldissera, e votando "sim" aprovam o substitutivo.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ADA DE LUCA	não
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	não
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	não
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDSON PIRIQUITO	não
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	não
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	não
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	não
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JANDIR BELLINI	
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI	não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	não
DEPUTADO JOSÉ NATAL	não
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	não
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	não
DEPUTADO RENATO HINNIG	não
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Votaram 29 srs. deputados. Está encerrada a votação. Temos nove votos "sim", 20 votos "não" e nenhuma abstenção.

Está rejeitado o substitutivo. Vamos agora votar o substitutivo de autoria do relator, deputado Marcos Vieira.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o substitutivo e os que votarem "não" rejeitam-no.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Para reiteração do encaminhamento, agora em sede de substitutivo, o voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Encaminhado pelo líder do governo.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Igualmente, sr. presidente, o PSDB vota "sim" pelo projeto de reestruturação do Deinfra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Está encaminhada a votação.

Estamos em processo de votação. Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o projeto na forma de substitutivo global e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ADA DE LUCA	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	sim
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO DÉCIO GÓES	não
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	não
DEPUTADO EDSON PIRIQUITO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JANDIR BELLINI	
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI	sim

DEPUTADO JOARES PONTICELLI	não
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO JOSÉ NATAL	sim
DEPUTADO JULIO GARCIA	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADA ODETE DE JESUS	não
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO PEDRO UCZAI	não
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	não

Votaram 31 deputados. Está encerrada a votação. Temos 22 votos "sim" e nove votos "não", nenhuma abstenção.

Está aprovada a matéria em primeiro turno na forma do substitutivo do relator, deputado Marcos Vieira.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - com a palavra, pela ordem, o deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, só para justificar o voto "não" do Partido dos Trabalhadores. Nós entendemos que o substitutivo do deputado Marcos Vieira mantém esses vícios apresentados em relação à excessiva terceirização do Deinfra e à excessiva centralização das decisões, tirando a autonomia da autarquia, deixando-a em posição difícil e quase que desnecessária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Consulto os srs. líderes para saber se, em homenagem aos servidores do Deinfra que estão aqui presentes, podemos votar a matéria em sede de segundo turno e redação final ainda hoje.

(As lideranças aquiescem.)

Com a concordância de todos os srs. líderes, a matéria vai então à votação na sessão subsequente.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para as 16h35min.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 008ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 16h35min, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada de Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darcy de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli -

Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Ordem do Dia

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Diz que o PSDB votará "sim" ao Projeto de Lei Complementar n. 0007/2007.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Fala que o PT votará "não" ao Projeto de Lei Complementar n. 0007/2007.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI (pela ordem) - Esclarece que o Projeto de Lei Complementar n. 0007/2007 é um avanço para o Deinfra de Santa Catarina.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Diz que os servidores do Deinfra não precisam se preocupar com relação ao teor do PLC n. 0007/2007.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

A ata da sessão anterior será lida na sessão subsequente.

Passamos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0007/2007, de procedência governamental, que dispõe sobre a organização do Departamento Estadual de Infra-estrutura - Deinfra - e estabelece outras providências.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" a rejeitam.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Da mesma forma como na votação do primeiro turno, o PSDB vota "sim" no segundo turno.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, da mesma forma do primeiro turno,

o Partido dos Trabalhadores encaminha o voto "não" para esse projeto que, infelizmente, tenta sucatear uma entidade, uma instituição tão importante para o desenvolvimento catarinense.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, pelo contrário. Diferentemente do que diz o deputado Décio Góes, o projeto fortalece o Deinfra, o projeto atendeu à solicitação do seu corpo funcional, dos seus servidores, algumas ponderações da via sindical, mantém a superintendência na estrutura do órgão e, consequentemente, é um avanço para o Deinfra em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em votação.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ADA DE LUCAS sim

DEPUTADA ANA PAULA LIMA não

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR sim

DEPUTADO CLÉSIO SALVARO sim

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO sim

DEPUTADO DARCI DE MATOS sim

DEPUTADO DÉCIO GÓES não

DEPUTADO DIRCEU DRESCH não

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO sim

DEPUTADO ELIZEU MATTOS sim

DEPUTADO GELSON MERÍSIO sim

DEPUTADO GENÉSIO GOULART

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL sim

DEPUTADO JAILSON LIMA

DEPUTADO JANDIR BELLINI

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI sim

DEPUTADO JOARES PONTICELLI não

DEPUTADO JORGINHO MELLO sim

DEPUTADO JOSÉ NATAL sim

DEPUTADO JULIO GARCIA sim

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADO MANOEL MOTA sim

DEPUTADO MARCOS VIEIRA sim

DEPUTADO MOACIR SOPELSA

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO

DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim

DEPUTADA ODETE DE JESUS não

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI sim

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA não

DEPUTADO PEDRO UCZAI não

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO sim

DEPUTADO RENATO HINNIG sim

DEPUTADO RENO CARAMORI não

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA sim

DEPUTADO ROMILDO TITON sim

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES

DEPUTADO SERAFIM VENZON sim

DEPUTADO SILVIO DREVECK não

DEPUTADO VALMIR COMIN não

Consulto se todos os srs. deputados

votaram.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Deputado Marcos Vieira, v.exa. já encaminhou.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Só para corroborar com o que o deputado João Henrique Blasi acabou de dizer, e sendo contrário ao que foi exposto pelo deputado Décio Góes, quero dizer que, na verdade, as competências para gerir o sistema de recursos humanos do governo do estado continuam sendo da secretaria de estado da Administração, bem como, para o efetivo controle do patrimônio, também continua sendo competência da secretaria de estado da Administração.

Então, os servidores do Deinfra não precisam se preocupar quanto àquilo que está no projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Está encerrada a votação.

Votaram 32 srs. deputados.

Temos 22 votos "sim", 10 votos "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovado o projeto.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para hoje, às 16h38min, para votarmos a redação final dessa matéria.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 009ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2007

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 16h38min, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada de Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darcy de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

DEPUTADO ROMILDO TITON - Aborda a implantação de corporação de bombeiros voluntários e militares, em Tangará.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Refere-se à importância dos bombeiros na segurança do cidadão.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Defende o fortalecimento do Corpo de Bombeiros.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Aborda reunião do Fórum Permanente da Educação da Assembléia Legislativa.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Registra a presença do secretário Regional de Canoinhas, Vilson Pereira, e de seu assessor Adriano.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Refere-se à inauguração da ponte sobre o rio Mampituba; comenta a construção da Via Rápida, em Criciúma.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Tece comentários acerca de obras prometidas pelo governo do estado para Criciúma.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Refere-se à falta de entendimento entre os integrantes do governo.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Registra a presença do presidente do sindicato de São Bento do Sul, Gabriel Zigowski.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Registra a presença dos prefeitos de Anita Garibaldi e de Cerro Negro; rebate críticas do deputado Joares Ponticelli ao governo do estado; aborda o aniversário da revista *Expressiva*, de Lages; registra a inauguração de um teatro em Lages, pelo CDL.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (aparte) - Comenta o cronograma de pagamento da folha dos servidores no primeiro governo de Luiz Henrique da Silveira; registra a presença dos prefeitos de Governador Celso Ramos e Imbituba.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Registra a presença dos presidentes dos Sindicatos Rurais de Monte Castelo e Campo Alegre.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Aborda situação financeira do estado; fala da sua participação no Congresso Latino-Americano de Ciências do Mar; solicita inclusão na ata de artigo de Paulo Ramos Dorengoski: "A Volta de Cruz e Sousa".

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Tece considerações sobre a saúde pública na cidade de Blumenau.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Reporta-se à situação de Blumenau e Chapecó, em termos de atendimento à saúde.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Agradece a receptividade do povo de Ilhota e Garuva, quando de sua visita; faz a defesa do governo do estado.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Tece alguns comentários com relação às colocações do deputado Edson Piriquito a respeito das eleições de 2008 e da folha de pagamento.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO (pela ordem) - Diz que a folha de pagamento será paga e que as deficiências na saúde serão corrigidas.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Refere-se à possibilidade de o governo do estado não pagar a folha de pagamento dos servidores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

A ata será lida na próxima sessão. Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0007/2007.

Não há emendas à redação final. Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o deputado Romildo Titon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente e srs. deputados, ontem, o jornal *ANotícia* - e hoje também há matéria nesse sentido - falou sobre a questão dos bombeiros em Santa Catarina, relatando questões importantes, que essas instituições realizam um papel fundamental para a sociedade catarinense.

Não quero, e jamais o farei, entrar nessa polêmica de disputa das duas correntes de bombeiros militares e bombeiros voluntários, até porque, na minha visão - e sempre defendi os bombeiros num todo em Santa Catarina -, entendo que as duas instituições desempenham um papel muito importante para a sociedade catarinense.

Todos nós sabemos que o entrave, muitas vezes, da expansão dessas instituições acontece exatamente pela falta de recursos, pela falta de equipamentos, pela falta de seres humanos para desempenharem esse papel. Falta muito ainda em Santa Catarina para que possamos, de uma vez por todas, cercar o estado todo pelas corporações, sejam elas militares, comunitárias, ou sejam elas bombeiros voluntários, e darmos a proteção a todos os catarinenses nessa área de segurança, não só de combate a incêndio, como também, e principalmente, na prevenção para que incêndios, acidentes de trânsito e outras questões não ocorram. Hoje, o papel do bombeiro é muito importante.

Nesse momento, sem dúvida nenhuma, todos os bombeiros catarinenses, como os bombeiros do Brasil inteiro, que desempenham esse papel fundamental para o ser humano no combate ao incêndio, na preservação do patrimônio e ajudando as pessoas nos acidentes de trânsito, desfrutam, por parte da sociedade, de um respeito muito grande, pelo papel que desempenham.

Deputado Reno Caramori - e há uma Corporação de Bombeiro Voluntário na sua cidade, Caçador -, todos têm que se orgulhar por ocupar e desempenhar o papel de bombeiro. É a única instituição que não necessita de fila; que não necessita de papel; que não precisa fazer um requerimento para ser atendido, pois é gratuito e atende durante 24 horas a todas as camadas sociais e em qualquer circunstância; que não precisa ter crédito no telefone nem cartão. A pessoa liga no prefixo estabelecido e é atendida na hora, em qualquer momento. Por isso é uma instituição que tem um respeito muito grande pela sociedade catarinense.

Enfrentam problemas? Enfrentam! Tanto numa corrente de bombeiro, como na outra, porque se por um lado a dos bombeiros militares, que é uma instituição do poder público, tem problemas com pessoal, que hoje o efetivo não tem mais condições de estender o atendimento a todos os municípios que solicitam, também a Corporação dos Bombeiros Voluntários sofre também esses problemas, com a questão de recursos. Caso contrário, nós teríamos todos os nossos municípios atendidos.

Fazemos essas colocações porque no dia de ontem estivemos, mais uma vez, reunidos no município de Tangará, minha terra natal, onde já por várias vezes discutimos a possibilidade da implantação de um bombeiro comunitário conjuntamente com o bombeiro militar naquela cidade, e que seria um bombeiro intermunicipal: Tangará/Pinheiro Preto/Ibiam. Seriam abrangidos três municípios por essa corporação.

No dia de ontem, conseguimos avançar um pouco mais nessa discussão e para a formação de uma comissão provisória para começar a discutir a criação da associação comunitária. Na ocasião, tivemos a oportunidade de ouvir, mais uma vez, o comandante tenente-coronel Muri, da região de Curitiba, que colocou a dificuldade da falta de efetivo, que é um dos únicos problemas que entram no dia-a-dia. E certamente já há um pensamento e uma luta na corporação, e também por parte de todos nós, que dependemos dos bombeiros em Santa Catarina, para que o estado possa abrir um concurso público para o ingresso de maior efetivo para podermos atender a demanda necessária de bombeiros no estado.

Lá no município de Tangará percebemos o anseio da sociedade. Mais uma vez a Câmara Municipal ficou lotada de pessoas interessadas, não só por prefeitos, vereadores, entidades organizadas, mas pela comunidade em si, que ao longo dos anos conclama a instalação de uma corporação naquela cidade.

Fiquei feliz no dia de ontem por podermos dar um passo a mais na efetivação concreta para que possamos ver aquele sonho realizado, como muitos, em outros municípios, sonham. E requerimentos pedindo a instalação de corporações de bombeiros, seja militar ou voluntário, são frequentes nos municípios catarinenses, e acredito que realmente é necessário, porque uma cidade, hoje, que não tem uma corporação de bombeiros, está desprotegida na questão do combate ao incêndio - quando uma corporação é instalada, diminui sensivelmente a possibilidade de incêndio, já que a prevenção é o trabalho maior das corporações - e, principalmente, na questão de acidentes e de atendimento em geral que as corporações dão, hoje, a toda sociedade.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado Romildo Titon, não poderia deixar de fazer menção às suas colocações pertinentes. Sabemos do excepcional trabalho que v.exa. desenvolve em prol dos bombeiros.

Nós concordamos com suas colocações de que todos têm a sua importância fundamental para o estado de Santa Catarina, sejam os bombeiros militares, comunitários, seja os bombeiros voluntários. Isso que é fundamental.

E como v.exa. bem colocou, eles atuam em momentos de sinistros, de dificuldades, mas também realizam sabidamente um trabalho social, um trabalho voluntário, muitas vezes colocando em risco as suas próprias vidas para salvar as pessoas.

Portanto, nós temos o pleno entendimento, deputado Reno Caramori, de que os bombeiros militares e comunitários, os bombeiros voluntários, estão cumprindo com seu papel, dando uma segurança maior às famílias catarinenses.

Então, edosso as suas palavras. E todos nós nos colocamos à disposição dessas instituições fundamentais para Santa Catarina. Em Joinville, por exemplo, nós temos bombeiros voluntários que cumprem um papel secular na defesa das nossas famílias e na segurança da nossa cidade.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado, eu também quero me somar ao seu discurso porque, quando fui prefeito, acompanhei a experiência extraordinária do Corpo de Bombeiros das duas instituições paralelas e complementares.

Portanto, não há necessidade de divergência. Deixamos o Corpo de Bombeiros de Chapecó um dos mais bem equipados do estado de Santa Catarina, pelo Funrebom, que é o fundo municipal de aparelhamento de Corpo de Bombeiros. E a conquista desta Casa, tornando independente o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar, é uma demonstração de autonomia, de independência e de soberania.

Temos que fortalecer o Corpo de Bombeiros em Santa Catarina, tanto numa modalidade quanto na outra, porque é o catarinense que ganhará com isso. É por esse motivo que essa instituição precisa ser fortalecida.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Agradeço os apartes dos deputado Darci de Matos e Pedro Uczai.

Esse é o nosso objetivo. Sempre procuramos, desta tribuna, fortalecer as instituições que prestam grandes serviços à sociedade catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, hoje pela manhã, mais uma vez, o Fórum Permanente da Educação da Assembléia Legislativa teve uma reunião com extremo sucesso. Estiveram presentes na reunião: o presidente, deputado Herneus de Nadal; o deputado Cesar Souza Júnior; o deputado Sérgio Grandó, diversos srs. deputados - inclusive o deputado líder do governo também esteve na reunião -; e representantes da nossa comunidade universitária.

Certamente a Assembléia Legislativa, assim como o governo, se preocupa com a qualificação. Preocupamo-nos em agregar valores àquilo que produzimos e vendemos. Imaginem v.exas. quantos bilhões de toneladas, quantos bilhões de navios do Brasil saem carregados de ferro. Naturalmente que isso significa uma boa parcela de entrada de dólares no Brasil. Mas paralelamente a isso, a Embraer, durante o ano passado, vendeu 72 aviões para o mundo. Esses 72 aviões corresponderam a 2% das exportações em dinheiro, enquanto que todo o minério de ferro correspondeu apenas a três vezes mais.

Toda a nossa produção de frango de Santa Catarina e um pouco do Paraná, enfim, toda a produção brasileira empatou com a venda de aviões da Embraer, assim como empatou, por exemplo, com a venda da carne bovina. Mas isso é apenas para colocar para v.exas. e para o cidadão catarinense o quanto é importante essa preocupação do governador e desta Casa em qualificar a nossa mão-de-obra, em qualificar o nosso trabalho, em agregar valores.

Ontem, o professor Antônio Diomário Queiroz assumiu como diretor-presidente da Fampesc. Isso significa a vontade que o governo tem de usar os conhecimentos tecnológicos para agregar valores àquilo que produzimos, a fim de termos uma qualidade de vida melhor. Naturalmente que isso passa por um lado muito importante que é justamente a nossa universidade.

Dentro disso, srs. deputados, a sociedade acadêmica, universitária, que compreende uma grande facção, que são as universidades particulares, oferece mais de 80 mil vagas ao estado de Santa Catarina. O Sistema Acafe tem 87 faculdades espalhadas em 87 municípios do nosso estado, dando oportunidade para muitos universitários estudarem próximos à sua casa, fazerem a sua faculdade e poderem assim se qualificar melhor. Do sistema público, a Udesc e a Universidade Federal oferecem mais sete mil vagas por ano.

Mas quero aqui destacar a preocupação que tem esta Casa, a preocupação que tem o governo em facilitar, através dos arts. 170 e 171, o acesso do nosso acadêmico à universidade. Eu sei que é um grande desafio, mas Santa Catarina pode oferecer mais de 150 mil vagas por ano para o aluno estudar. Existem essas vagas e as universidades oferecem-nas ao Sistema Acafe ou às universidades particulares.

Na Udesc e na Universidade Federal de Santa Catarina certamente todas as vagas estão preenchidas, mas o que nos chama a atenção é que existem as vagas, existem os acadêmicos, mas elas não são preenchidas porque muitos dos alunos que querem estudar não têm como pagar a mensalidade. Esse é o grande desafio. E nesse encontro que foi realizado na manhã de hoje, em que estavam presentes o professor Anselmo de Moraes, o reitor da Universidade Estadual de Santa Catarina, de espírito altruísta, disse o quanto é importante o ensino público e quão é necessário o governo investir mais na educação.

Estava presente neste fórum o professor Antônio Mililoli Filho, presidente do Sistema Acafe, e o professor Darci Lasque, diretor executivo da Acafe, que têm uma noção clara de que as 87 faculdades que compõem o Sistema Acafe, que foram construídas, tijolo a tijolo, com o suor do catarinense e pelos acadêmicos catarinenses, são verdadeiramente públicas. Aliás, o Sistema Acafe corresponde justamente às faculdades que foram criadas e instituídas pelas prefeituras ou pelo estado. A pioneira de todas é justamente a Furb - Fundação Universidade Regional de Blumenau -, que foi fundada a partir da prefeitura de Blumenau.

Também estavam presentes neste fórum o professor Ari de Oliveira Filho, representando as faculdades particulares, e o professor Mário César, da Univali. A Univali inovou e trouxe como grande contribuição o ProUni, além dos arts. 170 e 171, no seu sistema de ingresso. Ela está à frente, nesse setor, das demais que compõem o Sistema Acafe, um sistema novo, e nós imaginamos também que a própria faculdade financia para o acadêmico. Ele se matricula, paga a metade da mensalidade, mês a mês, e a outra metade do valor do crédito ele paga depois de formado, após seis meses. Assim é na construção civil, assim é quando compramos um carro, pagando depois, em prestações, o valor do bem.

Então, a própria faculdade financia para o acadêmico que estuda, se qualifica, vira doutor, professor, advogado, engenheiro. Seja qual for a faculdade que ele cursar, depois de formado é que ele pagará a parte financiada. Dizia-me o professor Mário César que ainda falta aos nossos acadêmicos acreditarem que isso funciona.

Na verdade, não é somente aos governos que nós ouvimos críticas dizendo que eles não investem suficientemente na educação, na saúde, mas aqui eu me ateno à educação. Nós mesmos, quando queremos investir em nossos estudos, temos que contrair uma dívida para podermos pagá-la depois de formado. Da mesma maneira como teríamos pago se tivéssemos comprado um carro ou um apartamento. Por isso quero parabenizar aqui todo o Sistema Acafe.

Para concluir, srs. deputados e sras. deputadas, vimos, neste Fórum Permanente da Educação, uma grande luz no fim do túnel. E na próxima semana, estaremos em Chapecó, a bancada dos deputados, discutindo com a comunidade acadêmica, com os reitores, com os professores e com os líderes universitários de Chapecó. E tenho certeza de que ao final encontraremos um caminho para melhorar o acesso do acadêmico à universidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu gostaria de anunciar, nesta Casa, a presença do secretário Regional de Canoinhas, Wilson Pereira, e do seu assessor Adriano.

Bem-vindos a esta Casa. Sintam-se à vontade em nosso meio!

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados e deputados Kennedy Nunes e Décio Góes, na semana passada muito se falou aqui sobre as festividades da inauguração da ponte sobre o rio Mampituba, nas divisas de Torres, Rio Grande do Sul com Passo de Torres, em Santa Catarina.

Essa obra foi apresentada como uma grande obra do segundo governo de Luiz Henrique da Silveira. Eles pegam a obra que prometeram e não fizeram, mas que ganharam voto no primeiro governo, para divulgá-la também no seu segundo governo, deputado Serafim Venzon, para tentar faturar duas vezes. É porque já está próxima a eleição municipal.

Mas eu entendo que se cometeu, deputado Dirceu Dresch, uma injustiça muito grande, nesta Casa, com quem realmente bancou a obra. Penso que Santa Catarina não saiba, como os deputados não devem saber também, porque pelo que foi dito aqui a obra foi patrocinada, foi toda financiada pelo governo do estado, tamanha a comemoração aqui.

Vou ler rapidamente um pequeno histórico da obra publicada pelo *Diário Catarinense*, no sábado, dia 14:

(Passa a ler.)

"Em 1998, o grupo Abaco-Ipiranga, iniciou a construção dos pilares da ponte e gastou R\$ 1,1 milhão. A obra foi interrompida em seguida, depois que a prefeitura de Passo de Torres, em Santa Catarina, não cumpriu o que havia sido acordado com a empresa e os loteadores do município.

Em 2004, o atual prefeito Newton Bitencourt Alemão da Silva mobilizou novamente a empresa e os loteadores para finalizar o projeto.

Em dezembro do ano passado, a obra foi retomada pela Abaco-Ipiranga, que recebeu em troca 700 lotes de áreas localizadas no município catarinense. Essa segunda parte da obra está orçada em R\$ 2,4 milhões." [sic]

Portanto, a obra custou R\$ 3 milhões, sendo que R\$ 2,4 milhões vieram dos empresários e da prefeitura de Passo de Torres, que se mobilizou, e R\$ 600 mil do governo do estado. Sendo assim, deputado Sílvio Dreveck, o governo é responsável por 20% da obra e merece os nossos cumprimentos. Quero aqui cumprimentar o governador Luiz Henrique por ter investido 20% no custo da obra e os empresários, por terem patrocinado o restante da obra.

Trago este assunto a esta Casa porque temos que fazer justiça, deputado Elizeu Mattos, aos empresários que bancaram 80% da obra. O governo tem mérito por ter viabilizado a parceria, especialmente o prefeito do município de Passo de Torres, mas o governador do estado de Santa Catarina entrou com apenas 20% do total da obra. Tanto que no jornal *Zero Hora*, de sábado, na coluna da Rosane de Oliveira, saiu a seguinte manifestação do vice-governador do Rio Grande do Sul:

(Passa a ler.)

"Disse que a obra, realizada quase que integralmente pelo Grupo Abaco-Ipiranga, era um exemplo da falta de capacidade deste e de outros governos, de atrair investimentos." [sic]

Portanto, para fazer justiça, quero aproveitar para dizer que aquela festejada ponte que foi executada foi financiada e paga 80% pelos empresários e 20% pelo governo do estado. Então, meus parabéns ao governador Luiz Henrique, ao governo de Santa Catarina por ter participado com 20% no custo daquela obra!

Inclusive o jornal *ANotícia*, de sábado, traz esta notícia, também, de que 80% da obra foi financiada pelos empresários e 20% pelo estado. Mas merece o nosso aplauso, porque o governo conseguiu viabilizar essa parceria.

Uma outra notícia que me preocupa muito é a que está na coluna do jornalista Adelar Lessa, do dia de hoje, deputados Décio Góes e Reno Caramori: "Altair 'não acredita' na Via Rápida." [sic]

Essa via rápida foi uma obra muito festejada, muito comemorada em Criciúma, no ano passado, durante a campanha eleitoral, quando o governador de plantão Eduardo Pinho Moreira, aquele da pensão que ficou oito meses no cargo e levou R\$ 22 mil de pensão para o resto da vida, estava no governo, fez uma festa em Criciúma prometendo essa via rápida.

E, pasmem, com o que diz o secretário de Planejamento atual:

(Passa a ler.)

"Altair 'não acredita' na Via Rápida.

O ex-governador Eduardo Moreira e o ex-secretário de planejamento do Estado, Olvacir Bez Fontana, lançaram em grande estilo, no ano passado, a proposta da Via Rápida de Criciúma, durante evento que reuniu em torno de 1 mil pessoas, no Mampituba Clube. Definiram como obra fundamental para o desenvolvimento de Criciúma. Seria a ligação da cidade com a nova BR-101, por uma rodovia ampla e moderna. Chegou a ser anunciado que havia previsão de recursos no orçamento do Estado deste ano para a execução da obra. Ontem, o deputado Altair Guidi, atual secretário de Planejamento, disse que simplesmente não acreditava na viabilidade do projeto, porque é muito caro e o Estado não tem dinheiro para fazer. No seu entendimento, é mais viável, porque é bem mais barato, não envolve desapropriações, a duplicação da rodovia Paulino Búrigo (atual ligação Criciúma-Içara-BR-101) e a revitalização da rodovia Luiz Rosso (acesso centro de Criciúma). Altair garantiu ontem na rádio Antena que não existe ainda nem projeto da Via Rápida, nem recursos previstos para sua execução.”[sic]

E vai mais:

“O Secretário Altair Guidi, ontem na rádio Antena I: ‘o Governo não tem dinheiro mesmo, e este ano de 2007 vai ser só para arrumar a casa; mas não vai deixar de pagar os servidores.’”[sic]

Deputados Pedro Uczai e Décio Góes, acho que o secretário Altair Guidi está querendo voltar para a Assembléia, porque quer desmentir o governador Luiz Henrique da Silveira e o governador aposentado Eduardo Pinho Moreira, depois daquele comício que fizeram lá meses antes da sua aposentadoria, para anunciar essa via rápida, ocasião em que ganharam votos, é estelionato eleitoral praticado pelo bem aposentado governador Eduardo Pinho Moreira!

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Só quero lembrar, deputado Joares Ponticelli, que o governador aposentado Eduardo Pinho Moreira, além da via expressa, prometeu um conjunto de obras assim que assumiu, portanto, nas vésperas do período eleitoral, em Criciúma, além da via rápida, doanel viário e de um conjunto de obras que importava mais de 200 milhões, garantindo que isso estava incluído no orçamento. Passadas as eleições, viu-se que não havia nada no orçamento, e há uma expectativa muito grande em relação a esse conjunto de obras. Inclusive ele chegou a declarar que agora o norte do governo, nesse sentido, é o sul. Por isso aquele conjunto de obras para o sul de Santa Catarina - Interpraías, anel viário, via rápida, enfim, era uma loucura.

Com relação, srs. deputados, a essa obra da via rápida, que trouxe muita angústia pela forma atropelada como foi colocada para a população de agricultores das comunidades, quero informar que no dia 3 de maio, a nossa comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano vai promover, juntamente com as Câmaras Municipais de Criciúma e de Içara, uma audiência pública com a comunidade, para poder estabelecer um cronograma, definir a obra, concluir, apresentar os projetos da SC Parcerias, para dar um encaminhamento mais correto a toda essa polêmica da via expressa.

Obrigado!

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Obrigado, deputado Décio Góes.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado Joares Ponticelli, ouvindo v.exa. ler na coluna do Adelar Lessa o que o secretário Altair Guidi falou e ouvindo o que disse o deputado João Henrique Blasi com relação à declaração que saiu, a notícia de que não haveria mais dinheiro, eu consegui uma definição para este governo. Este é o governo Torre de Babel. A Torre de Babel tinha uma lógica, chegar ao céu, mas acabaram não se entendendo entre eles mesmos e não deu mais certo. Talvez, como na Torre de Babel eles queiram construir muitas secretarias Regionais, e acabam não se entendendo.

Um diz uma coisa, outro diz outra, um diz que tem, outro diz que não, que houve erro. Acho que é um governo Torre de Babel que nós estamos vivendo aqui em Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado! O interessante, deputado Kennedy Nunes, é que eu achava que o governador bem aposentado, Eduardo Pinho Moreira, tivesse aplicado esse calote somente em outras regiões. Prometeram a serra do Faxinal, no extremo sul, mataram um monte de vaca, fizeram festa, soltaram foguete, tomaram cerveja, e nada da obra. Agora me parece que o estelionato eleitoral foi aplicado até contra Criciúma. Eu pensei que a obra estivesse pronta para ser inaugurada... Mas aumentar o salário dele ele aumentou para 22 mil e deixou o povo abandonado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até 10 minutos.

(Pausa)

O Sr. deputado Antônio Aguiar declina da palavra, porque tem outro compromisso.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Elizeu Mattos, por até 10 minutos.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu gostaria de saudar o presidente do sindicato de São Bento do Sul, Gabriel Zigowski, aqui presente. Nossas boas-vindas. Sinta-se bem nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Feito o registro, com a palavra o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados.

Antes de iniciar a minha fala, queria registrar a presença dos prefeitos de Anita Garibaldi, Rui Duarte, e do prefeito de Cerro Negro, o Janerson José Delfes Furtado, o Tio Teba. São municípios, deputado Kennedy Nunes, que conhecem muito bem o que é descentralização. Quando nós falamos em descentralização, quando falamos do novo momento em Santa Catarina, nada melhor que os prefeitos para responder. Se alguma dúvida nós temos, deputado Joares Ponticelli, aqui estão dois prefeitos, que podem falar muito bem da descentralização.

O tema que me trouxe a tribuna hoje, falarei num segundo momento. Eu ouvi o deputado Joares Ponticelli, ouvi o aparte do deputado Pedro Uczai, e eu vejo o deputado Joares Ponticelli nervoso, muito nervoso. Ele chegou aqui, é o deputado que tem uma bola de cristal, ele sabe mais das reuniões do PMDB que os peemedebistas. Sabe mais do jantar que aconteceu com o governador do que aqueles que participaram, e agora ele sabe mais da economia do estado do que o secretário da Fazenda, do que o governador.

Eu acho que ele está no lugar errado, não poderia estar aqui como deputado. Sabe tudo! Eu acho que naquela novela da Globo, *O Profeta*, nós tínhamos que substituir o ator pelo deputado, porque ele está sendo o adivinhão, em Santa Catarina ninguém adivinha mais do que o deputado.

E ele está muito triste porque achava que viria aqui com aquela alegria toda, acreditando que os funcionários não iriam receber o salário. É o tal tipo, quanto pior, melhor! Ele achava, quando o deputado João Henrique Blasi falou, quando reconheceu o erro de redação, que ele vinha aqui dizer que os salários atrasariam, que não haveria recursos para pagá-los. Quando ele soube que isso não era verdade, até queria que nós mentissemos dizendo que iria atrasar salário, ficou triste e nervoso. Agora quer desqualificar até uma ponte em Passo de Torres, que liga Santa Catarina ao Rio Grande do Sul.

O que é um governo? Um governo é a parceira; um governo não é apenas obras; um governo é fazer, incentivar e provocar o desenvolvimento regional. Agora, deputado Pedro Uczai, se o governador foi ao presidente da República, é lógico que foi para pedir, porque se tivessem descentralizado os recursos, se não estivesse 65% com o governo federal, não haveria necessidade de o governador pedir. Ou alguém aqui achava que o governador iria ao presidente Lula para oferecer recursos do estado à União? Só faltava isso! A audiência, é lógico, era para pedir recursos para o estado. E todo mundo necessita de recursos: as prefeituras precisam de parceria, nós precisamos de parceira.

Agora, não vamos começar a desqualificar também a audiência do governador com o presidente Lula.

Nós, os deputados, temos que começar a discutir a gestão e as parcerias, vamos fazer nesta quinta-feira, em Otacílio Costa, a assinatura de um protocolo para a instalação da primeira indústria de MDF no estado de Santa Catarina. Daqui a pouco virá aqui o deputado Joares Ponticelli, dizendo: “qual é a obra que o governador fez?” A obra é a parceria, é o incentivo de trazer a primeira indústria de MDF para o estado.

Eu só queria fazer esse registro antes de abordar o outro assunto, para que não se passe ao funcionalismo público o medo de uma coisa que não existe. O deputado Marcos Vieira foi secretário de Administração, e sabe que um estado que arrecada quase R\$ 600 milhões e gasta R\$ 270 milhões com a folha, é lógico que vai conseguir honrar a folha. Quem foi secretário da Administração sabe que o pagamento da folha não corre nenhum perigo. A Oposição quer plantar que o funcionário não vai receber salário, vai atrasar ou que não vai ter mais dinheiro para salário. Não é verdade! Por isso ocupamos esta tribuna para dizer que isso é uma grande mentira e uma grande invenção. Estão tentando fazer terrorismo junto ao funcionalismo público.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - V.Exa. me concede um aparte, deputado Elizeu Mattos?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Deputado Elizeu Mattos, foi secretário da Administração no primeiro governo de Luiz Henrique da Silveira, e por iniciativa nossa, juntamente com o secretário da Fazenda, desde o primeiro ano de governo, a cada mês de janeiro de cada ano, nós fixávamos o cronograma de pagamento dos servidores de janeiro a dezembro, diferentemente de outro governo que fixava por semestre. O servidor público sabia, ao digitar a sua senha, qual o dia que iria receber o pagamento do mês de novembro/dezembro.

Fiquei muito satisfeito quando hoje o deputado João Henrique Blasi, ocupando a tribuna desta Casa, mostrou também uma portaria fixada pelo grupo gestor, já determinando a data de pagamento dos servidores públicos para todo o ano de 2007.

Mas quero aproveitar a bondade de v.exa. para registrar aqui na Assembléia Legislativa a presença dos eminentes prefeitos, Anísio Anatólio Soares, de Governador Celso Ramos, trabalhamos juntos no Ceasa e do prefeito José Roberto Martins, da cidade de Imbituba, do meu partido.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Ontem participamos em Lages, deputado Professor Grandó, do aniversário de uma revista chamada *Expressiva*. Uma revista de qualidade que completou cinco anos e às vezes as pessoas até duvidam que seja uma revista do interior.

A revista *Expressiva*, o deputado Reno Caramori conhece, é o portal da serra, com muita qualidade, e o mais importante é que se faz reportagem elogiando e mostrando o bonito. Porque para vender revista e jornal não é só mostrar o lado ruim, a revista mostra o lado bonito da serra catarinense e as coisas positivas, que não são poucas, na serra catarinense.

Por isso, ocupo também a tribuna para fazer este registro e parabenizar toda a direção da revista *Expressiva*, o Cláudio, o Loreno e a Celita que fazem um belo trabalho com a revista mensal, de 52 páginas totalmente coloridas e que leva sempre o bem e o bom da serra catarinense.

Quero registrar também, que a CDL, na última sexta-feira, inaugurou um dos teatros mais modernos da cidade de Lages. A CDL de Lages, hoje, é uma entidade considerada uma das melhores instituições de Santa Catarina e uma das melhores do Brasil. Conta com 800 associados e tem hoje à frente, como presidente, a empresária Naide Terezinha Nath de Oliveira.

Então ocupo, hoje, este espaço para também cumprimentar a Câmara de Dirigentes Lojistas da cidade de Lages pelo belo espaço inaugurado, que vem contribuir para eventos e para encontros. É um espaço moderno, sendo que os empresários e o comércio o colocam à disposição da nossa região, da nossa Lages, da nossa serra catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Sílvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, deputado Sílvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, quero registrar a presença do presidente do Sindicato Rural de Monte Castelo, o sr. Estefano Saviski, bem como do presidente do Sindicato Rural de Campo Alegre, sr. José Munhoz.

Obrigado pela presença e sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Feito o registro, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Professor Grandó, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, gostaria de fazer algumas perguntas aos srs. companheiros deputados. Há quatro anos, três meses e 15 dias, quando o governador Luiz Henrique assumiu o governo do estado de Santa Catarina, pagava-se R\$ 40 milhões de dívida ao governo federal. Por que agora, no final do mês de março, o governador Luiz Henrique pagou R\$ 80 milhões de dívidas para o governo federal, se nesse período a inflação foi somente de 25%? Portanto, se eram pagos R\$ 40 milhões há quatro anos, hoje deveria estar pagando, corrigindo pela inflação - porque o catarinense honra os seus compromissos, paga o que deve -, R\$ 50 milhões. Por que está pagando R\$ 80 milhões? Endividou-se? Não! O governador Luiz Henrique não fez mais nenhuma dívida no estado de Santa Catarina! É bom que o povo catarinense saiba disso!

Nos seus quatro anos, três meses e 15 dias, o governador Luiz Henrique não fez nenhuma dívida no estado de Santa Catarina! Agora, por que, de R\$ 40 milhões, ele está pagando o dobro, R\$ 80 milhões, 100%? O que foi que o governo federal não fez, que alguma coisa está errada já que, no mínimo, estamos perdendo R\$ 30 milhões! Nós queremos pagar a inflação, sim. E R\$ 30 milhões significariam, por mês, R\$ 10 milhões a mais em estradas; se fosse um R\$ 1 milhão por quilômetro, seriam dez quilômetros por mês, 120 quilômetros por ano, 480 quilômetros em quatro anos. Mas, como há a descentralização, o quilômetro de estrada passou a custar bem menos. Não chega, em estrada nova, a R\$ 500 mil. Então, seriam mais de mil quilômetros, e o preço ainda pode ser menor! Poderíamos chegar, tranquilamente, em estradas novas, abrindo e fazendo asfaltos, a 1.500 quilômetros, aplicando R\$ 10 milhões por mês.

Digo que a primeira dívida, paga no primeiro mês de governo de Luiz Henrique, foi no valor de R\$ 40 milhões. Pagando a inflação desse período, hoje poderia estar pagando R\$ 50 milhões, mas está pagando R\$ 80 milhões.

Então, R\$ 10 milhões poderiam ir para a infra-estrutura e estradas; outros R\$ 10 milhões, para a Saúde - e vejam bem, srs. deputados, por mês -; e ainda outros R\$ 10 milhões, para a educação! Por que esse dinheiro não está indo? Por que se diz que tem que haver um novo pacto federativo? Porque o governo federal virou um agiota, um bancário que cobra esse juro altíssimo para pagar a dívida externa.

Nós iam às igrejas assinar para não pagar a dívida externa, para não sacrificar a educação, a saúde, para o povo ter moradia, para ter direito ao emprego, para não pagar o FMI, mesmo com o superávit. E o que aconteceu com isso tudo? É bem fácil explicar, pois a questão é matemática. Se não querem ver politicamente, lembre-se que é o seguinte: a dívida do estado tem que ser paga 13% da sua receita. Então, muito bem! O governador Luiz Henrique, há quatro anos, já estava arrecadando R\$ 300 mil e pagava R\$ 40 milhões por mês. Agora, aumentou a arrecadação para R\$ 600 milhões e passou para R\$ 80 milhões. E mesmo com todo o esforço que o governo fez para arrecadar com transparência, honestidade, cobrando daqueles que devem o imposto para poder investir melhor, a sua dívida teve um aumento de 100%. Portanto, à medida que aumenta a arrecadação, aumenta a dívida, porque diz que o valor da dívida que tem que pagar para o governo federal é 13% da arrecadação, sempre.

E quanto mais aumentou a arrecadação, mais aumentou o pagamento da dívida. Por que isso aconteceu? Porque isso vinha de uma cultura inflacionária. Não se deve amarrar os investimentos e, muito menos, a questão de pagamento de dívida por índices inflacionários, por percentuais.

O que aconteceu com o governo do Rio Grande do Sul? Hoje ele paga mais do que arrecada porque, à medida que o tempo passa, esses índices vão aumentando a dívida.

Isso está acontecendo em Santa Catarina. Nós teríamos, hoje, por mês, pagando a nossa dívida, porque o catarinense paga e honra... Volto a dizer que em nenhum momento do governo de Luiz Henrique foi feita nova dívida. Já são dívidas de governos passados. Mas não vamos discutir, vamos honrar o compromisso.

Pagando pela inflação, nós estaríamos pagando R\$ 50 milhões. Mas neste último mês foram pagos R\$ 80 milhões. Isso significa, no mínimo, tirar R\$ 30 milhões por mês de investimento deste estado. E o governo precisa de investimentos para gerar empregos, atender melhor a questão da saúde, a educação e a infra-estrutura.

Se tudo isso está ocorrendo, o que foi feito pelo governo federal? Juntem todos os governos. Por isso que os governadores têm que sentar com o sr. presidente e dar um basta nisso! Porque é dinheiro do povo catarinense! É o dinheiro do trabalhador, do pescador, do agricultor, lá na linha, lá na tifa, lá no interior, que está saindo todo mês para pagar o governo federal, para fazer o quê? Manter o pagamento da dívida externa?

Nós também não queremos negar. Agora, vai me dizer que o governo federal está tendo lucro sobre a dívida dos estados, está investindo na dívida do estado? Porque os estados estão fazendo todos os esforços para aumentar a arrecadação, e o governo está lá, dormindo, arrecadando a mais, porque está amarrado em 13% da arrecadação do estado.

Isso não é política e nós temos que inverter esse processo. Fazer política é discutir as idéias, é tomar esses posicionamentos e ter essa consciência. Depois nós podemos falar tranquilamente por que o governador Luiz Henrique precisa de recursos para investimentos. Governar não é só pagar a folha e não é só pagar a dívida. Governar é investir no que é prioritário e estratégico para o futuro. Sabemos que vivemos num mundo globalizado e que precisamos de vias, de portos, de aeroportos.

Não estou aqui falando o que o governo federal deve na questão do pagamento da Lei Kandir, porque isso é outra discussão. Eu só estou falando numa lei que foi criada, não importa dizer que não foi nesse governo. A lei existia anteriormente? É verdade, a lei existia anteriormente, essa amarração de 13% para pagar o serviço da dívida. Mas o que foi feito nesses quatro anos também pelo governo federal? Os governadores estão reivindicando e exigindo.

Há um assunto que eu gostaria de abordar aqui, sra. presidente. No último domingo eu representei esta Casa - e foi algo que me sensibilizou muito - no Colacmar, o Congresso Latino-Americano de Ciências do Mar. Ao representar esta Casa no Centro de Convenções, com mais de 3 mil participantes, ficamos sensibilizados porque construímos aquele Centro de Convenções. Ao construí-lo, Florianópolis ocupou o seu espaço. E é por isso que esse congresso é latino-americano, ou seja, por ter essa infra-estrutura com mais de 3 mil participantes.

E o que me sensibilizou na questão do Congresso Latino-Americano de Ciências do Mar? Foi que 80% do nosso petróleo são tirados da região do mar, bem como o nosso gás - e chama-se Amazônia Azul, que é a nova denominação; a questão alimentar do peixe, na questão do defeso da pesca. Então, foi muito importante que isso tenha sido discutido lá, e eu, representando esta Casa, senti-me muito honrado.

Queremos dizer também que nós construímos o Centro de Convenções. E também tenho a honra de dizer que nós, como prefeito, participamos da inauguração do Beiramar Shopping. Nós já fomos presidente da Fatma, e ela, como organismo, e os seus técnicos licenciaram o shopping Iguatemi, assim como licenciaram também o Floripa Shopping. Portanto, nós estamos tendo aí um novo desenvolvimento, obedecendo aos critérios ambientais, aprovados pelos técnicos. Isso me dá muito orgulho, e quero parabenizar os responsáveis por esse novo empreendimento que está gerando mais de 3 mil empregos, com 160 lojas. Isso significa que Florianópolis terá uma outra dinâmica.

Gostariamos também de dizer que nós fizemos uma indicação, e por isso estamos pedindo que seja inserido nos anais desta Casa o artigo do grande escritor lageano Paulo Ramos Dorengoski, publicado na última sexta-feira, no caderno Variedades, que propôs dar continuidade à nossa indicação. A matéria tem como título "A Volta de Cruz e Sousa". Quer dizer, os seus restos mortais virem para Florianópolis, sua cidade natal, para, junto ao Palácio Cruz e Sousa, ser feito um mausoléu, tornar um ponto atrativo, tornar conhecida as suas obras, mostrar, como foi dito pelo grande sociólogo e escritor Roger Bastide, que ele foi o maior poeta simbolista do mundo. E Paulo Ramos Dorengoski também afirma que ele foi o maior poeta negro do mundo.

Diz o artigo:

"A volta de Cruz e Sousa

O professor da UFSC, Lauro Junkes, organizou, de forma magnífica, o volume dedicado ao Simbolismo poético de uma excelente série intitulada Roteiro da Poesia Brasileira, que está chegando às livrarias.

O maior destaque do livro é o nosso catarinense Cruz e Sousa, que além de ser o maior poeta simbolista do Brasil e um dos principais do mundo (como reconheceu o sociólogo francês Roger Bastide) é, na minha opinião, o principal poeta negro da Terra, superando até mesmo o ex-presidente do Senegal, Leopold Sendar Senghor. De uma vida trágica, muito insultado no Rio de Janeiro pelos parnasianos, morreu de tuberculose, na miséria, em Minas Gerais, de onde o cadáver saiu transportado num vagão de gado. Está enterrado na carioca capital - mas mereceria ter seus restos trazidos (com toda honra!) para Santa Catarina, terra e gente que tanto amou. E sua família, modesta, merece receber apoio de nossos governantes, que estariam enaltecendo sua memória. O cineasta Sylvio Back fez um belo filme sobre ele. E o Senado Federal realizou um Concurso sobre o grande poeta catarinense. Sua poesia, misteriosa, sensual e sensorial, subjetiva e musical revela a existência de um mundo transcendente: o mundo das essências. Na sua Desterro natal tinha sido educado com dignidade por uma família abastada que o adotara. Ainda jovem conheceu a fama e chegou a redator de jornais. Tuberculoso, foi se tratar em Minas Gerais. Hospedado num hotel barato, jogado na rua numa noite fria! O dono do tugúrio não queria ter um cadáver sob seu teto! O corpo depositado num vagão de gado. 'Cruz (e Lousa), para um dos maiores gênios do Brasil...' Tendo nascido em 24 de novembro de 1861, aluno do grande Fritz Müller, de quem certamente aprendeu sobre evolucionismo. Passou por várias redações e chegou a arquivista da Estrada de Ferro Central do Brasil. Amigo de abolicionistas, admirador de Castro Alves.

Sofredor, contraditório, triste e alegre, noturno e diurno, seu poema MarcheuxFlambeaux revela o lado revolucionário: ...'essa marcha final penetrará aos urros / titânica, sinistra, irrisória / num caos de pontapés, coices e vaias e murros / na eterna bacanal ridícula da História...' Ele passou longe dos congelados compromissos literários. Não tinha medo dos adjetivos. E sua grande arte se cristalizou num simbolismo ardente, instintivo, intuitivo. Criou um universo, onde a falsa objetividade cedeu lugar ao Mistério. Uma poesia livre, feita com o coração, dominando valores transcendentes, usando o belo e o feio, o sagrado e o profano. Elementos proibidos, malditos, noturnos, ocultos. Valores invertidos de um mundo em transformação. Como no incrível verso: 'Vozes veladas veludosas vozes volúpias dos violões vozes veladas que invadem os velhos vórtices velosos dos ventos...' Está na hora de trazer seus restos mortais para perto da nossas doces praias de brancas areias, de nossas serras azuladas. Para sentir o vento aragano que vem do Sul..." [sic]

Então, acho que estamos resgatando a nossa cultura nesse movimento. O governador Luiz Henrique da Silveira se mostrou sensível. Vamos procurar vincular isso junto a uma reivindicação antiga da Academia Catarinense de Letras, do Instituto Geográfico e Histórico de Santa Catarina, de todos os intelectuais, de todos os cidadãos, da cultura do nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Inscrita para falar a sra. deputada Ana Paula Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos acompanha aqui na Assembléia Legislativa do estado de Santa Catarina, ouvintes da Rádio Digital e telespectadores da TVAL, agradecemos a paciência dos srs. deputados por ficarem até a essa hora para poderemos fazer um bom debate e também informar a nossa população sobre o que vem acontecendo no estado de Santa Catarina.

Vou me ater, sr. presidente e srs. deputados, ao assunto que comecei a abordar na semana passada a respeito da saúde pública, principalmente da região do Vale do Itajaí, mais especificamente na cidade de Blumenau.

Sr. presidente, a saúde pública, a saúde hospitalar em Blumenau, está em estado de emergência. Nunca vi um caos tão grande como esse acontecendo no município. Lamentavelmente, hoje, ao abrir o jornal de circulação na região, o *Jornal de Santa Catarina*, li a seguinte manchete: "Mecânico passa mal, Samu não vem e ele morre".

Esse mecânico tinha 37 anos de idade. Ele estava preparando a festa de aniversário da sua esposa e passou mal durante a noite. A sua filha, de 15 anos de idade, telefonou para o serviço de atendimento de emergência, que é um convênio entre os governos federal, estadual e municipal.

Na semana passada, aprovamos uma moção aqui na Casa no sentido de que a secretaria de estado da Saúde tomasse providências com relação a esse Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. Lamentavelmente, em Blumenau, esse serviço não está funcionando. E esse mecânico de 37 anos de idade morreu pela falta de atendimento.

Por isso que quando venho à tribuna é para denunciar casos dessa natureza. Não sei se isso está acontecendo em todos os municípios, mas na minha cidade, onde eu faço caminhadas todos os dias de manhã cedo, ouço a população reclamar. E hoje, lamentavelmente, abrindo o jornal, li que uma pessoa de 37 anos de idade morreu por falta de atendimento.

Na semana passada, denunciemos aqui o que estava acontecendo em Blumenau. Então, essa morte foi anunciada e não houve nenhuma providência.

Solicitei à assessoria do meu gabinete e aos vereadores de Blumenau que pegassem uma cópia do relatório do Conselho Municipal de Saúde que existe na cidade. Infelizmente, o relatório desse conselho é lamentável. Quero aqui ler algumas colocações feitas pelos srs. conselheiros. Então, não só o governo do estado está em déficit com a questão da saúde pública, mas, no município de Blumenau, está havendo um descaso total com a saúde pública.

De acordo a Ata n. 171, do dia 23 de março de 2007, diz o conselho:

(Continua lendo.)

"Os ambulatórios", que são os postos de saúde, "amargam total abandono - faltam medicamentos e faltam funcionários.

No ambulatório da Fortaleza, por exemplo, a demanda reprimida é de pelo menos 4 mil usuários. São 4 mil pessoas que aguardam atendimento.

No ambulatório do Badenfour, a obra de reestruturação foi paralisada, e no Programa Saúde da Família Tereza Leszcovicz o equipamento adquirido com recursos dos contribuintes está dentro das caixas, a exemplo de dois computadores já solicitados por outras unidades.

No ambulatório do Garcia, foram afastados dois ginecologistas, um cardiologista e o clínico geral. A redução do quadro técnico é de 50%.

O teste do pezinho" - e é uma garantia para as nossas crianças, assim que nascerem, fazerem esse teste -: "tem criança com mais de três meses que ainda não receberam autorização da secretaria do município para realizar o teste do pezinho.

A atual administração municipal do PFL acabou com o Projeto Nascer com Saúde, que garantia o atendimento médico à criança com prioridade até os dois anos de idade."

Deputado Décio Góes, a mãe que ia para a maternidade ter o seu bebê, já saía com a sua caderneta de saúde, com o pedido para fazer o teste do pezinho, com o calendário das vacinas atualizado, com as consultas mensais da criança, ao nascer até os dois anos de idade, garantidas, tanto para a mãe como para a criança. Acabaram com esse projeto. As crianças que nascem em Blumenau, hoje, não têm direito à consulta de saúde feita por um pediatra nem pelo médico neonatal. Dessa forma, não têm também nem a garantia do teste do pezinho, que serve para detectar, de repente, algumas doenças.

É lamentável que a saúde de Blumenau esteja na UTI. Mas se estivesse na UTI, ainda ia ter um tratamento especializado; ela está é na emergência, no pronto-socorro.

Então, segundo o relatório, o bebê blumenauense saía da maternidade já com consultas e exames marcados para os primeiros anos de vida.

Srs. deputados, não posso mais ficar quieta nesta Casa. O povo da cidade está clamando por algumas mudanças. E faço aqui um pedido todo especial aos parlamentares, pois, conforme foi denunciado pelos conselheiros do Conselho Municipal de Saúde, o que está acontecendo no município de Blumenau é lamentável. E não é porque esta deputada é do Partido dos Trabalhadores e porque o PT ficou durante oito anos governando aquela cidade, pois naquela época ela era um exemplo para o estado de Santa Catarina e para o Brasil no atendimento à criança e ao adolescente.

Esta deputada, que ficou quatro anos aqui na primeira legislatura, nunca fez nenhuma denúncia - nem atualmente -, porque tem que respeitar os seus sucessores. Mas não pode mais ficar quieta, se o nosso povo está morrendo. Está aqui dito que um jovem de 37 anos de idade morreu por falta de atendimento à saúde! Como pode ficar quieta, deputado Pedro Uczai? Não dá!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me permite um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputada Ana Paula Lima, a saúde tem que ser prioridade número zero de qualquer agente público. E Blumenau, com todas essas denúncias, parece estar vivendo a mesma realidade que estamos vivenciando agora também em Chapecó, por sinal a mesma força política que governa aquele município.

Quando deixamos tanto Chapecó quanto Blumenau, eram modelos de gestão pública na área da saúde básica, do fortalecimento do SUS, sendo reconhecidos nacionalmente pelo ministério da Saúde. E agora vemos a volta das filas, a volta do não-atendimento de exames, gente doente, remédios em número muito menor do que havia na gestão anterior.

No caso específico de Chapecó, três meses depois que eu deixei a prefeitura, eles pintaram o Hospital Materno-Infantil. Quem pinta uma casa, é porque ela está pronta. Até hoje eles não inauguraram porque querem construir um outro jeito de pensar a saúde no setor privado, no setor particular, e não fortalecer a saúde pública, que é um direito de todos.

Parabéns por trazer esse debate a esta tribuna e a esta Casa, porque trazê-lo é tentar salvar a vida das pessoas, é defender a cidadania, é defender o povo, que é um direito elementar manter-se vivo. E a saúde é a condição central para manter a pessoa viva para ter cidadania.

Parabéns e continue essa construção, porque isso é defender o povo de Blumenau e de Santa Catarina!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Obrigada, deputado Pedro Uczai.

E a questão do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, srs. parlamentares, como falei anteriormente, realmente é uma parceria entre governo o federal, o governo do estado e os municípios.

Em Blumenau, já havia autorização para a aquisição de novas ambulâncias para a cidade, para atender à demanda. Inclusive fizemos uma moção que foi aprovada na semana passada. Infelizmente, a secretária do estado da Saúde não repassou essas informações, mas com o empenho do deputado federal Décio Lima e da nossa senadora catarinense Ideli Salvatti, o governo Lula já tinha autorização para aquisição das novas ambulâncias para o município de Blumenau e região. O governo do estado ignorou a emergência da situação e, infelizmente, no dia de hoje, morreu um cidadão na cidade de Blumenau. Ignorando a emergência no município, simplesmente não repassou as informações necessárias para liberação dos recursos do governo federal para a compra dessas ambulâncias.

Sr. presidente, a reforma administrativa do governo do estado tinha que priorizar estas áreas: a área da saúde, que esta deficitária, e a área da educação, porque no meu gabinete chegam inúmeras reivindicações de pais, de professores e até de diretores de escolas, que não são eleitos, e sim nomeados, infelizmente, para as reformas nas escolas.

Na semana que vem eu quero trazer para esta tribuna o que chega ao meu gabinete. E se chega lá, também deve chegar ao gabinete de v.exas. E aí vamos verificar no que a aprovação dessa reforma administrativa foi boa. Para o povo catarinense, não foi porque, se tivesse sido bom para ele, sr. presidente e srs. parlamentares, a demanda nos gabinetes não seria grande, tanto da área da educação quanto da área da saúde. Eu acho que esse é um direito de todo o cidadão catarinense!

Era isto que eu tinha a dizer, sr. presidente!

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Edson Piriquito, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sr. presidente, sra. deputada Ana Paula Lima, srs. deputados, comunidade aqui presente, população catarinense que nos assiste através da TVAL e ouvintes da Rádio Digital, a minha saudação.

O meu assunto aqui, hoje, seria outro, mas eu acabo sempre mudando, conforme a dinâmica que o próprio plenário impõe. Mas antes de tudo, quero agradecer, publicamente, a receptividade dos companheiros partidários dos municípios de Ilhota e Garuva, neste final de semana, quando da minha visita.

Quero agradecer aos vereadores: Norberto Boeing, Eugênio Levi Conte, Nilson Vieira e Zelo Parkuszewski, do município de Garuva; ao sr. Saul Zamboni, ex-prefeito por duas vezes daquele município; a sra. Rosa Leandro, ex-vereadora; ao sr. Luiz Rosa, ex-vereador; ao sr. Osni Pakuszewski, presidente do PMDB; ao sr. Ivo Nagel, ex-vice-prefeito; ao sr. Darcilo, dono do estabelecimento Casa Nova; ao dr. Ênio Sônego, ex-presidente do PMDB; aos srs. Ambrósio Paes, Ivan Palanol e Lourival Schimidt, que representava o PDT naquela casa, naquele dia, no nosso evento; ao sr. Rolf Rotenbark, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais; e ao sr. Flademir Frelcim, presidente da Associação Comercial e Industrial de Garuva.

Foi um dia maravilhoso, srs. deputados. E nós temos o entendimento de que devemos trabalhar em cima de ações, de propostas aqui no Parlamento, mas também nos aproximando da comunidade. Nós estamos no papel de ajudar o nosso partido, o PMDB, de forma contínua, de forma constante, em sua organização. Estamos agora percorrendo todo o estado catarinense - estou tendo a oportunidade de conhecer novos companheiros e novas culturas -, na busca da organização nas próximas eleições. Estamos para aqui para ajudar os nossos parceiros nas eleições municipais de 2008, bem como para preparar o nosso partido para as eleições estaduais de 2010.

Essa é a grande diferença de quem tem comprometimento com o povo catarinense, de quem trabalha e de quem não trabalha. Porque eu tenho escutado dos deputados Joares Ponticelli e Kennedy Nunes que o PMDB só faz política, que as Regionais foram criadas com esse objetivo, que só têm fim eleitoral.

Eu andei refletindo muito sobre essa fala e acabei concordando com eles. Pasmem os senhores: as regionais têm fim eleitoral, sim! Graças a Deus, elas têm fim eleitoral! E com isso elas passam a ser um crivo constante se a atuação política daqueles agentes está funcionando ou não. Porque a partir do momento que um secretário Regional ou uma Regional não funcionar, o crivo eleitoral virá e reprovará aqueles representantes.

Então, as Regionais fazem política, fazem ações políticas, e são formadas por agentes políticos. E esta Casa é formada também por agentes políticos, pois aqui chegamos através do voto.

Se as nossas ações, deputado Professor Grando, não forem positivas, eficientes e eficazes lá, com certeza nós seremos reprovados. Mas haja vista a nossa atuação no primeiro momento, quando implementamos as Regionais no estado catarinense, terem sido tão positivas, o governador Luiz Henrique da Silveira foi o primeiro do estado catarinense a conseguir a reeleição.

Então, as ações são positivas e estão acontecendo, a comunidade se sente mais próxima do governo e bem representada, deputada Ana Paula Lima. E os deputados Joares Ponticelli e Kennedy Nunes têm razão: as Regionais fazem política, mas política pública, realizações de políticas concretas, discutem com as comunidades através dos conselhos, que são formados de forma pluripartidária, independente de qual partido político pertença aquele prefeito ou vereador.

Portanto, as ações são efetivas e positivas, e por isso que temos tido essa ascensão política no estado catarinense.

Os discursos aqui feitos a respeito do assunto da divergência de idéias, que o deputado Kennedy Nunes chegou ao ridículo de falar que o governo do estado de Santa Catarina é uma Torre de Babel, não têm o menor fundamento e o menor sentido.

No meu entendimento, deputado Pedro Uczai - e eu tenho o prazer de ter v.exa. como colega aqui nesta Casa, porque é uma pessoa muito culta e inteligente -, eu vejo assim: v.exa. foi prefeito. Eu gostaria de saber se alguma vez v.exa. veio ao governo do estado ou foi lá em Brasília, no governo federal, dizer para o governador ou para o presidente da República o seguinte: "O meu município está cheio de dinheiro, lá está tudo certo, tudo funciona. Mas eu vim aqui ver se o senhor pode me dar mais dinheiro?" É possível isso, deputado Pedro Uczai? Não!

Todos os municípios têm suas carências, suas deficiências; os estados também têm, e isso é público e notório. Os movimentos são organizados, como o da marcha dos governadores ao governo federal; os movimentos são claros e públicos, quando os prefeitos também marcham a Brasília, deputada Ana Paula Lima, pedindo apoio, porque querem a rediscussão do pacto federativo, porque querem uma maior atenção do governo federal!

Então, vir aqui e falar que há divergência, que o governo tem dinheiro, que o governo não tem dinheiro, apregoando a desgraça, querendo que o governo não consiga cumprir com as suas responsabilidades básicas, fora do dinheiro carimbado ou fora do dinheiro que possa ser aplicado em novas obras; querer dizer que nós não vamos pagar aos funcionários, isso é muito grave. Isso beira ao desespero. Isso não beira a um respeito, ao bom combate, ao bom embate. Isso beira à falta de argumentos de quem não tem o que falar.

Qual foi a vantagem ao povo catarinense das falas aqui ditas, hoje, a esse respeito? Nenhuma! Quem tem razão? Quem está certo? Se no documento de 2005 está expresso o teor da verdade ou não, isso não vem... Eu acho que ia ser a tônica do que importa às nossas vidas, ao nosso povo e à nossa gente.

Então, vejo que essa é uma conversa confusa, é uma conversa que quer distorcer a realidade, hoje, do estado catarinense. Eles confundem capacidade de investimento, custeio, com folha de pagamento. Quer dizer, eles se perdem totalmente no discurso!

Ora falam no custeio, ora falam da capacidade de investimento e depois metem a folha de pagamento, deputado Professor Grando, como se nós já não estivéssemos pagando os servidores, incorrendo nesse erro e torcendo para que isso acontecesse! Porque mesmo quando o governo realiza as obras, eles vêm aqui dizer: "Ah, ajudou só com 20%".

Quicá o governo estadual pudesse ser parceiro de todos os anseios, no nosso estado catarinense, em todos os municípios, com 20% de participação nas obras. Que bom seria se nós conseguíssemos essa possibilidade, deputado Professor Grando. V.Exa., que é um deputado ambientalista, que tem um conhecimento notável no meio ambiente, já pensou se fosse feito todo o saneamento do estado catarinense, e nós conseguíssemos contribuir com 20%? Mas em todo o estado, não estou dizendo no município, porque há municípios onde nós investimos muito mais. E no meu município de Balneário Camboriú, apesar de ainda necessitar de investimentos, a Casan concluiu quase 80% da rede. Ela não explora mais o serviço, é o município, é uma prestação de serviço superavitária.

Mas, deputado Sargento Amauri Soares, que bom se nós conseguíssemos ser parceiros da ponte de Ilhota, com 20%; da ponte de Gaspar, com 20%; do acesso novo de Porto Belo, com 20%. Que bom se nós conseguíssemos ser parceiros da marginal da barra, que é de responsabilidade do governo federal, e para a qual quero propor que seja feito um requerimento. E peço aos nobres companheiros deputados, e amigos, que representam o governo federal nesta Casa que nos ajudem no sentido de viabilizarmos isso no orçamento do governo Lula, quem sabe até colocarmos isso para discussão no PAC. Porque aquela obra da via lateral, conhecida em muitos municípios como marginal, e a ligação da avenida Brasil, em Balneário Camboriú, vão dar uma independência ao bairro da Barra, ao bairro São Judas Tadeu e ao bairro Nova Esperança, que nós sabemos das dificuldades.

Nós sabemos que não é assim que funciona. Chegaram ao ponto de dizer que o governo de Luiz Henrique comete estelionato eleitoral. Pelo amor de Deus! O povo catarinense deve ficar passado quando ouve isso; o povo catarinense deve ficar sem ação e não deve entender. Aquele que nos acompanha, sabe das barbaridades que estão sendo ditas. Aquele que não nos acompanha, decerto pensa: "Meu Deus"! Se ele votou a favor, pensa: "Botei meu voto fora". Se ele votou contra, pensa: "Votei certo". Mas não sabe nem o que está sendo discutido, tamanha falta de fundamentação, de respeito, de seriedade no comprometimento com a verdade, no comprometimento com o mandato.

Eu tinha até já acordado comigo mesmo que não voltaria mais à tribuna para falar dos srs. deputados Kennedy Nunes e Joares Ponticelli. Inclusive, o deputado Pedro Baldissera, hoje, que eu respeito muito porque sou católico, deu uma derrapada. Como tenho um respeito muito grande por ele, não vou comentar.

A deputada Ana Paula Lima, que é minha colega e gosto muito dela, esteve no meu palanque, em Balneário Camboriú, na eleição de 2004, e falou das ações do governo estadual. Eu comungo com s.exa. sobre a questão de Blumenau. Fui autor de uma lei que previa assistência às gestantes, ao nascituro, ao recém-nascido e ao bebê ainda em gestação. Agora, isso não foi cumprido lá também. É triste querer atribuir isso ao governo do estado! E ontem eu estive na palestra da BR-101/sul, e aprovei o governo Lula porque gostei muito.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Estou vendo que o deputado Edson Piriquito está mais calminho nos discursos que faz na tribuna.

Sr. presidente, nós queríamos falar em aparte, mas como o tempo já está-se esgotando, queremos dialogar com o deputado Edson Piriquito. Quando ele se refere às eleições de 2008, parece que está mais calmo nos discursos em defesa do governo, porque eu acho que o governador está preterindo-o e deixando-o de fora das eleições de 2008, em Balneário Camboriú. Aos poucos, eu acredito que ele vá começar a abaixar aqui o tom em defesa do governador, porque está sendo deixado de lado para o PFL disputar as eleições de Balneário Camboriú.

Sobre a reforma ou sobre a folha de pagamento, deputado, saiba que não foi nenhum deputado da Oposição que disse que não havia dinheiro para a folha de pagamento; foi o próprio governador. E para mim foi uma falácia dizer que era um documento de dois anos atrás. O documento é bem atual. Faça um exame grafotécnico e verá que o documento não é de dois anos atrás. Ele é que tem de explicar e não nós, da Oposição.

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Edson Piriquito.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sr. presidente, só quero dizer ao deputado Pedro Uczai, para deixá-lo tranquilo, que não é o documento que paga a folha de pagamento, e sim o governador. E ela será paga, com toda certeza, durante todo o nosso mandato.

Com relação à deputada Ana Paula Lima, para finalizar, rapidamente, eu quis fazer um comparativo entre a presença no plenário, com as diferenças que temos entre o governo estadual e o governo federal. Eu aprovo e reaprovo algumas ações do governo federal. Por exemplo, eu aprovei, ontem, a questão da BR-101 sul, porque gostei muito da apresentação do engenheiro João. Mas entendo que não é certa a sua postura, embora o respeito, quando v.exa. vem falar do governo estadual, querendo se referir à cidade de Blumenau. Ai acontece uma grande confusão.

Nós temos, sim, deficiências, mas estamos lutando para corrigi-las, e eu me solidarizo quando vejo que uma pessoa carente, deficiente, que necessita do atendimento da saúde pública, não o consegue tê-lo. Inclusive, a minha trajetória política, em Balneário Camboriú, sempre foi conhecida pelo fato de eu ser o defensor número um da saúde.

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, eu quero falar agora, pois o deputado Edson Piriquito não teve tempo para me conceder um aparte, e ainda veio aqui complementar a sua idéia. Mas antes de ele ficar aqui falando para os telespectadores da TVAL, para todo o plenário e para as pessoas que nos visitam, é importante, primeiro, o governo se entender e parar de fazer terrorismo com os servidores públicos, dizendo que não vai pagar a folha, enfim, criando esse clima todo.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Não havendo mais tempo regimental, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo plenário.

Está encerrada a presente sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA EM 25/04/2007.

Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano do dois mil e sete, às 9 horas sob a Presidência do Deputado Jorginho Mello, reuniram-se os Senhores Deputados: Jorginho Mello, Odete de Jesus, José Natal Pereira, Gelson Merísio, Jandir Bellini, Renato Hinnig e Décio Góes. Errata, o Professor Grando, substituiu o Deputado Renato Hinnig, e não o Deputado Manoel Mota, na 6ª reunião ordinária da Comissão acima epigrafada. O Deputado Presidente colocou em votação a ata da 6ª Reunião Ordinária da Comissão, sendo aprovada por unanimidade. O Deputado Presidente passou a palavra ao Deputado Décio Góes, que relatou seu parecer ao PL/0015.8/2007 solicitando Diligência, em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Ato continuum, a Deputada Odete de Jesus solicitou vista em gabinete, no qual foi

encaminhado cópia do PL acima citado. Continuando o Deputado Gelson Merísio relatou o Of. 0005.2/2007, solicitou o sobrestamento do Relatório Anual de Atividades do TCE/SC, anexado indevidamente a este ofício, enquanto estiver em tramitação nesta Comissão, o Of./0072.2/2006, que trata do Relatório de Atividades do Tribunal de Contas, relativo ao 3º trimestre de 2006, matéria esta, conexa ao relatório anual de 2006, advinda daquela Corte de Contas. Com a palavra o Deputado Jandir Bellini que solicitou ao Presidente, que o horário de reunião da comissão fosse 9 horas e 30 minutos, todos os pares concordaram. O Deputado Presidente com a palavra agradeceu aos Deputados presentes. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente deu por encerrada a presente Reunião, a qual eu, Edgard Novuchy P. Usuy. Assessor da Comissão, lavrei a presente ata, que aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente, e, posteriormente publicada no Diário desta Assembléia.

Deputado JORGINHO MELLO

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

LEI

LEI Nº 13.994, de 21 de março de 2007

Dispõe sobre a aplicação de créditos percebidos pelo Estado, a título de compensação financeira decorrentes da atividade de exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica.

Eu, Deputado Clésio Salvaro, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em exercício, de acordo com o disposto no art. 54, § 7º, da Constituição do Estado e do art. 304, § 1º do Regimento Interno, promulgo a presente Lei:

Art. 1º A compensação financeira percebida pelo Estado de Santa Catarina, decorrente da atividade de exploração de recursos hídricos para fins de energia elétrica, será aplicada nos municípios onde a usina hidrelétrica estiver localizada.

Parágrafo único. A aplicação a que se refere o *caput* será na ordem de 70% (setenta por cento) do montante percebido pelo Estado, e esses recursos serão investidos em obras que beneficiem os municípios envolvidos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 21 de março de 2007

Deputado Clésio Salvaro
Presidente, em exercício
*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 025/07

HOSPITAL DE LAGUNA
Senhor Bom Jesus dos Passos
Ofício nº 078/07

Laguna, 17 de abril de 2007.

Exmo. Sr.

DEPUTADO JÚLIO GARCIA

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Florianópolis, SC
Excelentíssimo Senhor,

Com nossos cumprimentos cordiais, vimos através do presente apresentar o **Relatório de Atividades deste Hospital do Exercício de 2006**, bem como o Demonstrativo de Receitas e Despesas do ano de 2006, devidamente publicado, **visando a manutenção da Utilidade Pública Estadual**, em conformidade com as leis pertinentes.

Aproveitamos a oportunidade para **solicitar** à V. Exa. uma **certidão de Regularidade da Titularidade de Utilidade Pública** deste Hospital, perante este Órgão.

Atenciosamente,
Regina Ramos dos Santos
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 25/04/07

*** X X X ***

OFÍCIO 026/07

Associação Beneficente Bakhita
Pessoa Jurídica n 371
Registro no S.S. Nacional n 227.281/69.
Registro no S.S. Estadual n 8542.
C.N.P.J. 84.715.507/0001-11
Fone (47) 3432-0704
89.201-972 - Joinville - SC
Joinville, 18 de abril de 2007

A infra assinada, Maria José Marcatto Presidente da Associação Beneficente Bakhita, entidade Filantrópica, situada à Rua Helmuth Fallgatter, 1925, Bairro Boa Vista, Cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, encaminhada a este Departamento, o Relatório anual das atividades e Balanço Patrimonial anual, do exercício 2006, da Associação Beneficente Bakhita.

Sem mais apresento os meus protestos de estima e consideração.

Maria José Marcatto - Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 25/04/07

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 027/07

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Gabinete do Governador

Florianópolis, 29 de março de 2007

Ofício GG nº 037/2007

Excelentíssimo Senhor

JÚLIO GARCIA

Presidente da Assembléia Legislativa do

Estado de Santa Catarina

Florianópolis - SC

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para submeter à apreciação dessa Casa Legislativa em cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 6º da Lei Estadual nº 13.533, de 19 de outubro de 2005, o nome do senhor Waldir Sovernigo, inscrito no CPF sob o nº 244.597.800-97 para ter assento como Conselheiro na Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - AGESC.

Atenciosamente,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 25/04/07

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1358, de 27/04/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *conforme o Termo de Convênio nº 08088/2003-8, que visa a cooperação técnico-profissional recíproca entre o pessoal dos poderes Legislativo e Executivo,*

LOTAR **ROSANGELA MARIA AMORIM SANTANA**, servidor do Poder Executivo à disposição na Assembléia Legislativa, no Gabinete da Presidência.

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1359, de 27/04/2007

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *conforme o Termo de Convênio nº 08088/2003-8, que visa a cooperação técnico-profissional recíproca entre o pessoal dos poderes Legislativo e Executivo,*

LOTAR **VALDIR MICHELON FILHO**, servidor do Poder Executivo à disposição na Assembléia Legislativa, no Gabinete do Deputado Renato Hinnig.

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 1360, de 27/04/2007 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **JACSON FERREIRA**, matrícula nº 1840, por 120 (cento e vinte) dias, a partir de 10/03/07.

PORTARIA Nº 1361, de 27/04/2007 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **WALMA CORREA SANTA RITA**, matrícula nº 1353, por 32 (trinta e dois) dias, a partir de 08/04/07.

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 125/07

Dispõe sobre o turismo rural na agricultura familiar.

Art. 1º São definidas como Turismo Rural na Agricultura Familiar (Traf), todas as atividades turísticas que ocorrem na Unidade de Produção dos Agricultores Familiares (Unipraf), que mantêm as economias típicas da agricultura familiar, valorizando, respeitando e compartilhando seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem-estar aos envolvidos.

Art. 2º Considera-se Traf as seguintes atividades:

I - comercialização de produtos alimentícios: *in natura*, de origem local;

II - comercialização de produtos transformados: de origem animal ou vegetal, oferecidos aos visitantes, enfatizando seu processo de produção;

III - comercialização do artesanato: práticas de produção com aproveitamento de produtos, resíduos ou não, de origem vegetal, animal ou mineral;

IV - produção rural: as atividades produtivas da propriedade são utilizadas como atrativos, por meio de demonstrações sobre as técnicas de produção, onde o turista também pode interagir fazendo parte do processo;

V - educação ambiental: as atividades executadas em propriedades especializadas em receber grupos, que encontram atividades educativas ligadas ao meio ambiente e/ou atividades agrícolas, ambos de cunho educativo;

VI - serviços de lazer: as atividades que proporcionem entretenimento aos visitantes, comumente relacionadas às práticas físicas e passeios a locais de interesse natural ou cultural;

VII - serviços de alimentação: este segmento utiliza e valoriza as características locais, visando a originalidade do atrativo gastronômico, oferecendo alimentos que resgatem a culinária local, através da matéria-prima, receitas e preparo de alimentos que estão em desuso no meio urbano;

VIII - serviços de hospedagem: ocorrem em pousadas, hospedarias e outros estabelecimentos que estejam envolvidos com a produção rural e que ofereçam atendimento personalizado ao hóspede;

IX - patrimônio histórico: a arquitetura típica, os equipamentos agrícolas, o folclore, a gastronomia típica, as artes e outras manifestações importantes da história da agricultura e das comunidades de uma localidade ou região, valorizadas pelo turismo, por intermédio de projetos de recuperação, uso compatível com seu objetivo e com a inserção de capital público e privado; e

X - eventos: promovidos em comunidades e ou propriedades familiares, por meio de festas regionais, eventos técnico-científicos, feiras de produtos e exposições agropecuárias, com o objetivo de promover a cultura local integrando-se ao desenvolvimento regional.

Art. 3º As atividades de Turismo Rural na Agricultura Familiar estão alicerçadas e comprometidas com os seguintes princípios:

I - ser um turismo ambientalmente sustentável;

II - incentivar a diversificação da produção e propiciar a comercialização direta dos produtos locais, ofertados pelo agricultor;

III - valorizar e resgatar o artesanato regional, a cultura da família do campo e os eventos típicos do meio rural;

IV - contribuir para a revitalização do território rural e para o resgate da auto-estima dos agricultores familiares;

V - ser desenvolvido preferencialmente de forma associativa;

VI - ser desenvolvido de forma organizada no território;

VII - ser complementar às demais atividades das Unipraf;

VIII - proporcionar convivência entre os visitantes e a família rural; e

IX - estimular as atividades produtivas com enfoque no sistema agroecológico.

Art. 4º Consideram-se Unipraf as propriedades rurais utilizadas como cenário das atividades de turismo rural onde o turista interage com o meio.

§ 1º Uma Unipraf deve possuir até cem hectares de área.

§ 2º A Unipraf deve desenvolver atividades agropecuárias de subsistência.

§ 3º Os produtores são os administradores diretos da propriedade.

§ 4º Para o enquadramento, consideram-se todas as formas de posse da propriedade, mesmo sendo de caráter provisório.

§ 5º Os produtores devem participar ou ter participado do Programa Microbacias I e II, ou ainda, e de programas que promovam a preservação ambiental e a cultura.

Art. 5º Considera-se Unidade de Planejamento do Turismo Rural o conjunto de Unipraf's localizadas em uma área geográfica, local ou regional, homogênea em valores sociais, culturais e atrativos originados a partir de valores agrícolas, ambientais, culturais e sociais.

Art. 6º As Unipraf's que estiverem desenvolvendo atividades reguladas por esta Lei, deverão adequar-se às suas disposições no prazo de cento e oitenta dias, contados da publicação do Decreto que a regulamentar, bem como, apresentar relatório substanciado às Secretarias de Desenvolvimento Regional, das atividades desenvolvidas em suas propriedades agrícolas.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a definir as linhas de apoio financeiro e administrativo para incentivo a esta atividade no Estado de Santa Catarina.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Professor Grandó

Lido no Expediente

Sessão de 25/04/07

JUSTIFICAÇÃO

Mais de mil empreendimentos promovem atividades ligadas ao Turismo Rural (TR) em Santa Catarina. O número é expressivo, levando-se em consideração que não existem programas governamentais de incentivo a essa atividade.

Essa atividade cresce no Estado e apresenta perspectivas de renda e emprego para os agricultores familiares. Além desses benefícios, a atividade promove o resgate da auto-estima dos agricultores e a revitalização do espaço rural.

Cerca de 90% dos 187.000 estabelecimentos agrícolas de Santa Catarina estão enquadrados dentro da categoria definida como agricultura familiar. Uma parcela importante dessas unidades depara-se com dificuldades no tocante à geração de renda na agropecuária. Essa dificuldade repercute além das fronteiras da propriedade, alcançando os municípios rurais catarinenses, pois estes são dependentes do sucesso das atividades agropecuárias.

A diversificação das atividades nas propriedades rurais minimiza o empobrecimento das famílias rurais e, conseqüentemente, atenua a migração das pessoas para as cidades.

E o Turismo Rural apresenta-se como uma alternativa positiva para os agricultores familiares.

Sendo assim, apresentamos este projeto de lei à elevada consideração dos Deputados, no intuito de colaborar com os esforços para o desenvolvimento do turismo e a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares e suas famílias em Santa Catarina.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 126/07

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 092

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado do Planejamento, o projeto de lei que "Autoriza a abertura de crédito suplementar em favor da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina".

Florianópolis, 23 de abril de 2007

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 25/04/07

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 116/2007

Florianópolis, 18 de abril de 2007.

Excelentíssimo Senhor

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Nesta

Senhor Governador,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de lei que objetiva obter autorização legislativa para a abertura de crédito suplementar em favor da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina, no montante de R\$ 3.072.963,00 (três milhões, setenta e dois mil, novecentos e sessenta e três reais).

2. A abertura de crédito suplementar torna-se necessário para atender despesas com concessão de empréstimos e financiamentos.

3. Para efetuar a abertura do crédito suplementar serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias consignadas ao programa de trabalho da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável.

4. Desta forma, observa-se o que dispõem os artigos 42 e 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

5. Assim, por se tratar de recursos orçamentários importantes para a comunidade das ações desenvolvidas pelo órgão, sugerimos a Vossa Excelência a remessa de mensagem acompanhada de projeto de lei à Assembléia Legislativa, na forma em que se encontra redigida a proposição.

Respeitosamente

Altair Guidi

Secretário de Estado do Planejamento

Romualdo Goulart

Diretor de Orçamento

Matrícula: 153.717-2

PROJETO DE LEI Nº PL/0126.3/2007

Autoriza a abertura de crédito suplementar em favor da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 3.072.963,00 (três milhões, setenta e dois mil, novecentos e sessenta e três reais), em favor da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina, visando ao atendimento da programação a seguir especificada:

26000		SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, TRABALHO E RENDA	
26022		COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA	
Atividade		Unidades de Moradias Isoladas e/ou em Condomínios SDR - Araranguá	
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007414	
4.		DESPESAS DE CAPITAL	
4.5.		Inversões Financeiras	
4.5.90		Aplicações Diretas	
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$90.364,20
Atividade		Unidades de Moradias Isoladas e/ou em Condomínios SDR - Blumenau	
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007448	
4.		DESPESAS DE CAPITAL	
4.5.		Inversões Financeiras	
4.5.90		Aplicações Diretas	
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$48.194,24
Atividade		Unidades de Moradias Isoladas e/ou em Condomínios SDR - Caçador	
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007420	
4.		DESPESAS DE CAPITAL	
4.5.		Inversões Financeiras	
4.5.90		Aplicações Diretas	
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$42.169,96
Atividade		Unidades de Moradias Isoladas e/ou em Condomínios SDR - Campos Novos	
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007457	
4.		DESPESAS DE CAPITAL	
4.5.		Inversões Financeiras	
4.5.90		Aplicações Diretas	
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$72.291,36
Atividade		Unidades de Moradias Isoladas e/ou em Condomínios SDR - Canoinhas	
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007452	
4.		DESPESAS DE CAPITAL	
4.5.		Inversões Financeiras	
4.5.90		Aplicações Diretas	
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$114.461,32
Atividade		Unidades de Moradias Isoladas e/ou em Condomínios SDR - Criciúma	
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007442	
4.		DESPESAS DE CAPITAL	
4.5.		Inversões Financeiras	
4.5.90		Aplicações Diretas	
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$36.145,68
Atividade		Unidades de Moradias Isoladas e/ou em Condomínios SDR - Dionísio Cerqueira	
Código		26022.16.482.0340.0376 P 000196	
4.		DESPESAS DE CAPITAL	
4.5.		Inversões Financeiras	
4.5.90		Aplicações Diretas	
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$45.182,10
Atividade		Unidades de Moradias Isoladas e/ou em Condomínios SDR - Grande Florianópolis	
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007453	
4.		DESPESAS DE CAPITAL	
4.5.		Inversões Financeiras	
4.5.90		Aplicações Diretas	
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$90.364,20
Atividade		Unidades de Moradias Isoladas e/ou em Condomínios SDR - Ituporanga	
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007444	
4.		DESPESAS DE CAPITAL	
4.5.		Inversões Financeiras	
4.5.90		Aplicações Diretas	
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$30.121,40
Atividade		Unidades de Moradias Isoladas e/ou em Condomínios SDR - Joaçaba	
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007417	
4.		DESPESAS DE CAPITAL	
4.5.		Inversões Financeiras	
4.5.90		Aplicações Diretas	
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$150.607,00
Atividade		Unidades de Moradias Isoladas e/ou em Condomínios SDR - Lages	
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007455	
4.		DESPESAS DE CAPITAL	
4.5.		Inversões Financeiras	
4.5.90		Aplicações Diretas	
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$21.084,98
Atividade		Unidades de Moradias Isoladas e /ou em Condomínios SDR - Mafra	
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007462	
4.		DESPESAS DE CAPITAL	
4.5.		Inversões Financeiras	
4.5.90		Aplicações Diretas	
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$90.364,20
Atividade		Unidades de Moradias Isoladas e/ou em Condomínios SDR - Maravilha	
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007449	
4.		DESPESAS DE CAPITAL	
4.5.		Inversões Financeiras	
4.5.90		Aplicações Diretas	
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$24.097,12
Atividade		Unidades de Moradias Isoladas e/ou em Condomínios SDR - Palmitos	
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007451	
4.		DESPESAS DE CAPITAL	

4.5.		Inversões Financeiras	
4.5.90		Aplicações Diretas	
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$30.121,40
Atividade		Unidades de Moradias Isoladas e/ou em Condomínios SDR - Rio do Sul	
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007443	
4.		DESPESAS DE CAPITAL	
4.5.		Inversões Financeiras	
4.5.90		Aplicações Diretas	
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$78.315,64
Atividade		Unidades de Moradias Isoladas e/ou em Condomínios SDR - São Lourenço do Oeste	
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007428	
4.		DESPESAS DE CAPITAL	
4.5.		Inversões Financeiras	
4.5.90		Aplicações Diretas	
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$48.194,24
Atividade		Moradia Rural - SDR - Araranguá	
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007323	
4.		DESPESAS DE CAPITAL	
4.5.		Inversões Financeiras	
4.5.90		Aplicações Diretas	
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$63.254,94
Atividade		Moradia Rural - SDR - Blumenau.	
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007329	
4.		DESPESAS DE CAPITAL	
4.5.		Inversões Financeiras	
4.5.90		Aplicações Diretas	
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$51.206,38
Atividade		Moradia Rural - SDR - Brusque	
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007328	
4.		DESPESAS DE CAPITAL	
4.5.		Inversões Financeiras	
4.5.90		Aplicações Diretas	
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$10.861,11
Atividade		Moradia Rural - SDR - Caçador	
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007341	
4.		DESPESAS DE CAPITAL	
4.5.		Inversões Financeiras	
4.5.90		Aplicações Diretas	
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$108.437,04
Atividade		Moradia Rural - SDR - Campos Novos	
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007338	
4.		DESPESAS DE CAPITAL	
4.5.		Inversões Financeiras	
4.5.90		Aplicações Diretas	
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$28.325,72
Atividade		Moradia Rural - SDR - Canoinhas	
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007333	
4.		DESPESAS DE CAPITAL	
4.5.		Inversões Financeiras	
4.5.90		Aplicações Diretas	
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$53.639,30
Atividade		Moradia Rural - SDR - Chapecó	
Código		26022.16.482.0340.0376 P 005584	
4.		DESPESAS DE CAPITAL	
4.5.		Inversões Financeiras	
4.5.90		Aplicações Diretas	
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$81.327,78
Atividade		Moradia Rural - SDR - Concórdia	
Código		26022.16.482.0340.0376 P 005583	
4.		DESPESAS DE CAPITAL	
4.5.		Inversões Financeiras	
4.5.90		Aplicações Diretas	
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$85.006,17
Atividade		Moradia Rural - SDR - Criciúma	
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007355	
4.		DESPESAS DE CAPITAL	
4.5.		Inversões Financeiras	
4.5.90		Aplicações Diretas	
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$21.084,98
Atividade		Moradia Rural - SDR - Curitiba	
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007337	
4.		DESPESAS DE CAPITAL	
4.5.		Inversões Financeiras	
4.5.90		Aplicações Diretas	
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$117.473,46
Atividade		Moradia Rural - SDR - Dionísio Cerqueira	
Código		26022.16.482.0340.0376 P 000197	
4.		DESPESAS DE CAPITAL	
4.5.		Inversões Financeiras	
4.5.90		Aplicações Diretas	
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$45.182,10
Atividade		Moradia Rural - SDR - Grande Florianópolis	
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007322	

4.		DESPESAS DE CAPITAL	
4.5.		Inversões Financeiras	
4.5.90		Aplicações Diretas	
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$84.339,92
Atividade		Moradia Rural - SDR - Ibirama	
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007325	
4.		DESPESAS DE CAPITAL	
4.5.		Inversões Financeiras	
4.5.90		Aplicações Diretas	
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$72.407,40
Atividade		Moradia Rural - SDR - Itajaí	
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007327	
4.		DESPESAS DE CAPITAL	
4.5.		Inversões Financeiras	
4.5.90		Aplicações Diretas	
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$30.121,40
Atividade		Moradia Rural - SDR - Ituporanga	
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007324	
4.		DESPESAS DE CAPITAL	
4.5.		Inversões Financeiras	
4.5.90		Aplicações Diretas	
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$117.010,28
Atividade		Moradia Rural - SDR - Jaraguá do Sul	
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007344	
4.		DESPESAS DE CAPITAL	
4.5.		Inversões Financeiras	
4.5.90		Aplicações Diretas	
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$30.121,40
Atividade		Moradia Rural - SDR - Joaçaba	
Código		26022.16.482.0340.0376 P 005582	
4.		DESPESAS DE CAPITAL	
4.5.		Inversões Financeiras	
4.5.90		Aplicações Diretas	
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$54.276,54
Atividade		Moradia Rural - SDR - Joinville	
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007331	
4.		DESPESAS DE CAPITAL	
4.5.		Inversões Financeiras	
4.5.90		Aplicações Diretas	
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$72.291,36
Atividade		Moradia Rural - SDR - Lages	
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007336	
4.		DESPESAS DE CAPITAL	
4.5.		Inversões Financeiras	
4.5.90		Aplicações Diretas	
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$133.750,62
Atividade		Moradia Rural - SDR - Laguna	
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007357	
4.		DESPESAS DE CAPITAL	
4.5.		Inversões Financeiras	
4.5.90		Aplicações Diretas	
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$21.084,98
Atividade		Moradia Rural - SDR - Mafra	
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007330	
4.		DESPESAS DE CAPITAL	
4.5.		Inversões Financeiras	
4.5.90		Aplicações Diretas	
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$88.626,54
Atividade		Moradia Rural - SDR - Maravilha	
Código		26022.16.482.0340.0376 P 005874	
4.		DESPESAS DE CAPITAL	
4.5.		Inversões Financeiras	
4.5.90		Aplicações Diretas	
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$111.449,18
Atividade		Moradia Rural - SDR - Palmitos	
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007340	
4.		DESPESAS DE CAPITAL	
4.5.		Inversões Financeiras	
4.5.90		Aplicações Diretas	
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$21.084,98
Atividade		Moradia Rural - SDR - Rio do Sul	
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007326	
4.		DESPESAS DE CAPITAL	
4.5.		Inversões Financeiras	
4.5.90		Aplicações Diretas	
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$120.485,60
Atividade		Moradia Rural - SDR - São Joaquim	
Código		26022.16.482.0340.0376 P 007335	
4.		DESPESAS DE CAPITAL	
4.5.		Inversões Financeiras	
4.5.90		Aplicações Diretas	
4.5.90.66.00	(0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$60.242,80
Atividade		Moradia Rural - SDR - São Lourenço do Oeste	

Código	26022.16.482.0340.0376 P 007393	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.5.	Inversões Financeiras	
4.5.90	Aplicações Diretas	
4.5.90.66.00 (0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$109.074,28
Atividade	Moradia Rural - SDR - São Miguel d' Oeste	
Código	26022.16.482.0340.0376 P 007342	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.5.	Inversões Financeiras	
4.5.90	Aplicações Diretas	
4.5.90.66.00 (0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$51.843,62
Atividade	Moradia Rural - SDR - Tubarão	
Código	26022.16.482.0340.0376 P 007334	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.5.	Inversões Financeiras	
4.5.90	Aplicações Diretas	
4.5.90.66.00 (0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$66.267,08
Atividade	Moradia Rural - SDR - Videira	
Código	26022.16.482.0340.0376 P 007339	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.5.	Inversões Financeiras	
4.5.90	Aplicações Diretas	
4.5.90.66.00 (0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$84.339,92
Atividade	Moradia Rural - SDR - Xanxerê	
Código	26022.16.482.0340.0376 P 005847	
4.	DESPESAS DE CAPITAL	
4.5.	Inversões Financeiras	
4.5.90	Aplicações Diretas	
4.5.90.66.00 (0100)	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$66.267,08

Art. 2º Para atender o crédito a que se refere o artigo anterior, ficam anuladas parcialmente as dotações orçamentárias consignadas à programação a seguir especificada:

27000	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
27001	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
Atividade	Indenização das Terras Particulares do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro	
Código	27001.18.541.0300.0413 A 000681	
3.	DESPESAS CORRENTES	
3.3.	Outras Despesas Correntes	
3.3.90	Aplicações Diretas	
3.3.90.39.00 (0100)	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	R\$3.072.963,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 127/07

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 093

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a doação de imóvel no Município de Xaxim".

Florianópolis, 23 de abril de 2007

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 25/04/07

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

EM Nº 51/2007 Florianópolis, 05 de fevereiro de 2007.

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Xaxim o imóvel, onde funciona uma Unidade Sanitária, constituído por um terreno com área total de um mil e quinhentos metros quadrados, com benfeitorias, matriculado sob o nº 634 no Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Xaxim e cadastrado sob o nº 02334 na Secretaria de Estado da Administração.

A presente doação tem por objetivo de possibilitar a aplicação de verbas federais, destinadas ao Município, para a reforma com ampliação das instalações de uma Unidade Sanitária do Município.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Antônio Marcos Gavazzoni

Secretário de Estado de Administração

PROJETO DE LEI Nº PL/0127.4/2007

Autoriza a doação de imóvel no Município de Xaxim.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Xaxim o imóvel constituído por um terreno com área total de um mil e quinhentos metros quadrados, com benfeitorias, onde funciona uma unidade sanitária, matriculado sob o nº 634 no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Xaxim e cadastrado sob o nº 02334 na Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por objetivo possibilitar a ampliação das instalações de unidade sanitária do Município, a ser efetuada com verbas federais que lhe foram destinadas.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel, salvo por interesse público devidamente justificado e com a anuência escrita do doador;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de dois anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, total ou parcialmente, o imóvel.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As disposições previstas no art. 3º desta Lei deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 7º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionadas.

Art. 8º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***